DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS COMPLETAS 2021

Telefônica Brasil S.A.
Relações com Investidores

22 de fevereiro de 2022

Senhores Acionistas,

A Telefônica Brasil S.A. (B3: VIVT3, NYSE: VIV) submete à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O propósito da Vivo "Digitalizar para Aproximar" vem ganhando mais força desde o seu lançamento, há dois anos. Evoluímos a nossa proposta de estar ao lado dos clientes com as melhores opções de conectividade e soluções digitais, em um momento em que o distanciamento físico foi novamente necessário, em 2021, por questões sanitárias. Mesmo com os efeitos desafiadores do contexto vivido, continuamos investindo na nossa infraestrutura para prover o que os clientes precisavam para ter ensino a distância, telemedicina, trabalho remoto e entretenimento de qualidade. Tudo isso reiterou a nossa vocação para além do universo das telecomunicações.

No dia a dia, o pilar **#TemVivoPraTudo** traduz nosso compromisso de levar conexão móvel e fixa para todas as regiões do país, fomentando a infraestrutura para um futuro cada vez mais digital. Temos a maior rede de fibra da América Latina, com mais de 19,6 milhões de residências e empresas cobertas e, até o final de 2024, chegaremos a 29 milhões. Para auxiliar na expansão, diversificamos os modelos de negócios. Concluímos a formação da FiBrasil, empresa de rede neutra de fibra, em parceria com o grupo canadense de investimento, CDPQ, e com a Telefónica Infra – braço de infraestrutura do Grupo Telefónica – que deve acelerar nossa expansão com mais de 6 milhões de domicílios.

A qualidade da nossa rede móvel nos garante a liderança de cobertura, disponível para mais de 98% da população brasileira, em cinco mil cidades. Estamos à frente na oferta da rede 4,5G, cobrindo quase três mil municípios. Ao longo deste ano, nossa infraestrutura móvel vivenciará sua próxima evolução tecnológica com a implantação da rede 5G, cujas licenças para uso foram adquiridas no final de 2021, durante leilão realizado pela Anatel. Adquirimos as frequências em regiões chave para a expansão dos negócios.

A rede 5G suportará aplicações em ambientes que exigem altíssimas velocidades e latência ultrabaixa, beneficiando não apenas os consumidores, com melhor usabilidade de serviços e aplicações, mas também trará capacidade para conectar as empresas, revolucionando o conceito de indústria 4.0, como por exemplo, nas linhas de montagem, cidades inteligentes e no campo.

A capilaridade da Vivo se ramificará ainda mais pelo país após a compra de ativos da Oi Móvel, absorvendo cerca de 10 milhões de novos clientes. Estamos preparados para essa chegada, principalmente no Nordeste, onde os usuários da Oi passarão a contar com os serviços e a rede da empresa que nacionalmente é líder em pré-pago e pós-pago, sem qualquer prejuízo em relação às condições comerciais que têm na Oi. A mudança também atinge os DDDs 41 e 42, no Paraná, além do DDD 12, em São Paulo. Eles terão a experiência de usar a melhor rede móvel do país, além de contar com uma oferta integrada com Vivo Fibra e 5G e vantagens como o Vivo Valoriza, um programa de benefícios único no mercado; descontos em smartphones e acessórios; e uma ampla rede com mais de 1,7 mil pontos de venda em todo o Brasil. Para nossos acionistas, reiteramos que

são parte agora de uma empresa ainda maior, que investe no país com uma visão de longo prazo, e com potencial para ainda mais crescimento.

Nossa conectividade móvel e fixa proporciona a melhor experiência digital – seja no uso de aplicativos e serviços ou no processo de digitalização de uma empresa.

O pilar **#TemTudoNaVivo** reforça nossa atuação como um hub de tecnologia, formado pela evolução de um poderoso ecossistema de serviços que traz ainda mais benefícios aos clientes e retorno aos investidores. Nossa base, com quase 99 milhões de acessos – excluindo os futuros clientes migrados da Oi Móvel – somada ao poder de marca e performance de grande varejista com atuação multicanal nos credenciam como o principal parceiro comercial de empresas de diferentes segmentos. Os setores de educação, saúde, financeiro e entretenimento ganham ainda mais destaque em nossa estratégia e seguem como prioridade para o ano.

Inovamos ao assinar um acordo de investimento com a Ânima Educação para a criação de uma plataforma digital, com objetivo de impulsionar a empregabilidade, com cursos livres e foco em aprendizagem continuada. Na saúde, evoluímos nossa proposta de valor ao criar o Vida V, um marketplace de saúde e bem-estar, que oferece, entre outras soluções, serviços de telemedicina a consumidores finais e pequenas e médias empresas. No setor financeiro, lançamos o Vivo Money, serviço de crédito pessoal contratado de forma 100% digital e com taxas de juros muito competitivas. Também nos preocupamos com a inclusão financeira da população e criamos o Vivo Pay, nossa conta digital e gratuita, disponível para qualquer pessoa.

No entretenimento, as ofertas são inúmeras e diversas. Destacamos o Vivo Selfie, portfólio de planos pós-pagos – cuja base segue crescente com quase 50 milhões de acessos – que traz as assinaturas da Globoplay, Disney+, Spotify Premium, Netflix, Telecine, Premiere e Amazon Prime incluídas na oferta. Muitos destes provedores de conteúdo também podem ser adquiridos de forma avulsa por nossos clientes.

Promovemos também a automação residencial, ampliando nosso portfólio para tornar as casas cada vez mais inteligentes e conectadas. O Vivo Shopping, nossa plataforma marketplace, tem como objetivo ser a referência em produtos de tecnologia para os domicílios, focada no estilo de vida e sempre em uma abordagem omnichannnel. Inovaremos com o portal Terra, quarto maior portal de notícias do país, que trará ainda mais conteúdo e projetos em 2022.

Nossa divisão empresarial ganhou reforço global com a chegada da Telefónica Tech – holding de serviços digitais e tecnologia do Grupo Telefónica. A união oferecerá às empresas brasileiras um portfólio mais robusto de soluções tecnológicas, contemplando iniciativas em Cibersegurança, Cloud, IoT e Big Data. Com a relevância da Telefónica Tech, a Vivo avançará com seu portfólio digital: do varejo ao campo, passando pelo pequeno negócio ao mais arrojado projeto de startup. Juntas, as empresas oferecem suporte de profissionais altamente capacitados, processos e plataformas inteligentes e um ambiente dinâmico de alianças e parcerias com os líderes globais em tecnologia

As startups e novos negócios ajudam a compor nossa estratégia de hub digital. Investimos na inovação aberta, por meio da Wayra Brasil, conectando a Vivo ao universo das startups, e mirando também projetos com forte potencial para o desenvolvimento conjunto de produtos e ofertas aos nossos clientes. Dentre dezenas desses projetos, destacamos o investimento na Alicerce, uma edtech capaz de ampliar o acesso à educação digital de qualidade para crianças e jovens de todo o Brasil. Ressaltamos também o investimento recente na Gabriel, startup de segurança e monitoramento de

imagens, que integra condomínios, casas e estabelecimentos comerciais à sua rede de câmeras inteligentes interconectadas.

Sabemos que a experiência dos clientes é a base para o sucesso de qualquer empresa. Guiados pelo nosso pilar **#DNAVivo**, colocamos o cliente no centro de todas as nossas decisões estratégicas, focando não apenas na qualidade dos serviços prestados, mas também no relacionamento que desenvolvemos em todos os pontos de contato, do presencial ao digital. O app Vivo soma mais de 80 milhões de acessos por mês, 19 milhões de usuários únicos e já responde por 77% do atendimento; e a Aura, inteligência artificial da Vivo, tem o WhatsApp como maior canal para as das interações, com 62%.

Medimos de forma recorrente os mais diversos canais com o consumidor. Assim, todas as áreas da empresa aprendem mais sobre o perfil dos nossos clientes, transformando esses insights nas melhores experiências de mercado. Esse processo tem nos permitido avançar ao ponto de sermos referência de Net Promoter Score (NPS).

A Vivo também tem um olhar voltado para o futuro e entende a importância de transformações no negócio para continuar crescendo de forma sustentável. Estamos construindo na Vivo o que chamamos de Cultura Digital Colaborativa com quatro norteadores culturais, como "Curiosidade", "Atitude Digital", "Abertura" e "Fazer Acontecer com Responsabilidade", que serão a nossa bússola para garantir uma cultura de alta performance, que realiza e entrega resultado, sempre com propósito. Para apoiar a jornada do nosso colaborador, desenvolvemos o Vivo Bem-Estar, um programa que reúne iniciativas saudáveis voltadas ao corpo, mente e ambiente. O retorno ao escritório segue um modelo híbrido que já era adotado pela Vivo muito antes da pandemia.

Nossas decisões continuarão pautadas em um Plano de Negócio Sustentável, contribuindo para a Agenda 2030 da ONU e para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O nosso pilar **#VivoSustentável**, seguirá como diretriz fundamental. Somos uma empresa 100% carbono neutro e com energia renovável desde 2019; nosso programa de Geração Distribuída encerrou o ano com 21 usinas instaladas e seguirá seu plano de crescimento, com meta de 85 usinas até o final de 2022; promovemos a economia circular com o movimento "Recicle com a Vivo", abrangendo, além da coleta de resíduos eletrônicos variados em urnas disponíveis nas lojas de todo o Brasil, o recondicionamento e reciclagem de modens e decodificadores dos serviços de banda larga e TV.

No âmbito social, mais de dois milhões de pessoas foram beneficiadas através de inciativas da Fundação Telefônica Vivo (FTV) em projetos de educação em escolas públicas e voluntariado. Lançamos, no fim do último ano, o primeiro itinerário de formação técnica e profissional em Ciência de Dados. Voltada aos jovens do ensino médio da escola pública, o curso proporciona a eles oportunidade de planejar melhor a carreira em áreas que estão em evidência e em ascensão no mercado de trabalho. O projeto acontece em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e, na fase piloto, atenderá 19 escolas em três estados: Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A FTV também foi destaque na premiação World Summit Awards 2021 (WSA), na categoria Aprendizagem e Educação, com o projeto Escolas Conectadas, plataforma que oferece cursos online de formação continuada – totalmente gratuitos – para professores da educação básica. O WSA é uma premiação global com o intuito de selecionar e promover os melhores e mais inovadores conteúdos digitais do mundo, valorizando a relevância em relação ao contexto em que foi criado, bem como a contribuição para a inclusão e acessibilidade digitais

Nosso programa de estágio foi afirmativo, com 50% das vagas exclusivas para estudantes negros, e ganhamos o troféu Raça Negra, honraria concedida às iniciativas que contribuem para a promoção da igualdade racial na sociedade.

A Vivo, além de ser uma empresa certificada pelo GPTW (Great Place To Work), também está presente no Ranking Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar GPTW 2021 e foi reconhecida com o Prêmio WEPs Brasil 2021 pelo avanço nas ações de igualdade de gênero no ambiente profissional. Uma materialização deste compromisso foi a abertura de 100 novas vagas para mulheres no programa "Mulheres em Áreas Técnicas", atividade – até então – majoritariamente ocupada por homens.

Em governança, desde 2019, 20% da remuneração variável dos executivos são também vinculados às metas de ESG. Conquistamos a certificação ISO 27001, referência internacional para a gestão da Segurança; estamos listados, pela 10ª vez, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Pelo segundo ano consecutivo, integramos o The Sustainability Yearbook 2022, elaborado pela S&P Global, a mesma organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). O anuário, considerado referência para investidores por apresentar as líderes em sustentabilidade no mercado, analisou mais de sete mil companhias que participam do DJSI. Além disso, mantemos um conselho de administração independente em sua maioria e uma estrutura com os mais elevados critérios de compliace.

Com novos desafios, nossa perspectiva para 2022 é positiva. O foco está em continuarmos firmemente contribuindo com a digitalização do país. Reafirmamos o compromisso em seguir investindo para garantir que nossos clientes tenham acesso aos melhores serviços digitais e excelente conectividade fixa e móvel. Junto aos nossos colaboradores, seguiremos criando uma empresa com ambiente mais diverso, inclusivo e colaborativo, contribuindo para uma sociedade mais justa, igualitária e socialmente responsável.

Agradeço o empenho de todos os nossos colaboradores, acionistas, clientes e parceiros que, juntos, contribuíram para a nossa trajetória de conquistas ao longo de 2021.

Christian Mauad Gebara
Presidente da Telefônica Brasil

ABORDAGEM ASG – NOSSA ATUAÇÃO

A Telefônica Brasil tem uma estratégia ASG que visa assegurar o compromisso em crescer de maneira sustentável. Esta estratégia tem seis pilares de atuação, com mais de 60 indicadores monitorados pelo Conselho de Administração por meio do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade, através do Plano de Negócio Responsável (PNR). O PNR é composto por metas (2021 – 2024) transversais a toda a Companhia, que promovem o crescimento responsável e contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)/Agenda 2030, endereçando os temas mais relevantes, atuais e futuros, nas dimensões ambiental, social e de governança.

Em 2021, o programa de logística reversa 'Recicle com a Vivo' alcançou mais de 9 ton. de resíduos eletroeletrônicos coletados por todo o país. Buscando engajar nossos clientes, lançamos também o selo *EcoSmart*, que indica os produtos e serviços B2B com comprovado benefício ambiental. Dessa forma, a digitalização gerada por nossos produtos e serviços contribuiu para evitar 1,2 milhão de tCO2e de emissões de clientes.

O Programa de Geração Distribuída encerrou o ano com 21 usinas em operação das 83 planejadas até o final de 2022. Além disso, a empresa reduziu em 19% as suas emissões diretas em comparação a 2020, superando a meta estabelecida para 2021, que representa 5% do bônus executivo. Ainda na frente de emissões, a Telefônica Brasil lançou o Programa Carbono na Cadeia de Fornecedores, visando engajá-los no combate às mudanças climáticas e contribuir com a meta global de redução das emissões na cadeia de valor em 39% até 2025 e zerar as emissões líquidas até 2040. Em 2021, o Programa abrangeu mais de 100 fornecedores.

A Fundação Telefônica Vivo beneficiou cerca de 2,7 milhões de pessoas e investiu cerca de R$ 64,2 milhões em 2021, com destaque para o projeto Ciência de Dados, que oferece formação nessa área para alunos da rede pública de ensino, por meio de qualificação técnica. Voltado a jovens do ensino médio, o curso proporciona a oportunidade de planejar melhor a carreira em áreas que estão em ascensão no mercado de trabalho. O projeto acontecerá em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e, na fase piloto, atenderá 18 escolas em 3 estados: Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Em diversidade, foram lançados projetos importantes, como o 4%, voltado a trazer maior visibilidade das modalidades femininas nos esportes, e o Telas Pretas, maior exposição digital de arte negra do país. Na frente de raça, a empresa se comprometeu a atingir 30% de pessoas negras na liderança até 2024. Em relação ao público LGBTI+, 4% dos colaboradores se autodeclaram como parte da comunidade. Na frente de gênero, a empresa alcançou 29% de mulheres em cargos de liderança e concluiu com sucesso o objetivo de alcançar 300 colaboradoras nas funções técnicas de campo, contribuindo para inseri-las em atividades antes tipicamente masculinas. As ações colaboraram para a empresa integrar, pela primeira vez, o *Bloomberg Gender-Equality Index* (GEI).

Em inovação, a Wayra Brasil, hub de inovação aberta do Grupo Telefónica, conta atualmente com 33 startups em seu portfólio, sendo que 57% geraram negócios para a Telefônica Brasil. Entre os projetos está o BNDES Garagem, focado em startups de impacto socioambiental, em parceria com o BNDES, Artemisia e Liga Ventures, e o investimento em startups disruptivas como Olivia (fintech), Gabriel (segurança), Alicerce (edtech) e GamerSafer (cibersegurança). Além disso, ampliamos o portfólio de soluções digitais que permitem o acesso da população à serviços essenciais através do Vida V, uma plataforma de saúde digital, e da constituição de uma *joint-venture* com a Ânima

Educação, para criação de uma plataforma digital focada em educação continuada e empregabilidade.

Considerando seu compromisso com a transparência, a Telefônica Brasil atualizou e ampliou a plataforma do Centro de Privacidade, facilitando o acesso digital às informações relevantes sobre o tratamento e proteção de dados pessoais dos clientes. Além disso, instaurou o Comitê de Privacidade com a participação de áreas estratégicas para abordar os temas relacionados à privacidade. Ainda na dimensão Governança, a empresa implementou importantes normas e certificações que demonstram sua aderência a melhores práticas como: ISO 26001 (Responsabilidade Social) e ISO 27001 (Segurança da Informação) para o processo de Gestão de Vulnerabilidades do programa de segurança digital, o Vivo Segura. Essas iniciativas se somam à DSC 10.000 (Compliance), ISO 50001 (Energia) e ISO 14001 (Ambiental).

A Companhia também se manteve presente nas principais avaliações de sustentabilidade, com destaque para o 3º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, do qual é integrante pelo 10º ano consecutivo; 2º ano consecutivo como membro do *The Sustainability Yearbook 2022*; empresa do setor com a melhor classificação LatAm no ranking do *Dow Jones Sustainability Index* (12º lugar); integrante do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3; 2º lugar na lista de Líderes em Sustentabilidade e Governança Corporativa do ALAS 20; única empresa do setor no Índice GPTW B3, estando também em 3º lugar no ranking da *Great Place to Work Brasil 2021,* além de integrar índices ESG da S&P, FTSE4Good e MSCI.

Essas importantes conquistas e reconhecimentos comprovam que, não só conectamos milhões de brasileiros, mas também geramos impacto positivo para o mercado e a sociedade e fazemos valer o nosso propósito de 'Digitalizar para Aproximar'.

Contexto Macroeconômico

O ano de 2021 foi marcado por importantes avanços da economia brasileira em busca da recuperação a níveis pré pandemia do COVID-19, após ser severamente afetada em 2020.

A flexibilização das medidas restritivas beneficiou o setor de serviços, enquanto as atividades industriais e de varejo foram negativamente afetadas pela falta de insumos e pelo aumento da inflação, que refletem diversos choques de preços, como crise energética, desvalorização cambial e alta nos preços das commodities.

Apesar dos avanços na agenda de reformas estruturais, como a lei que concede certa independência ao Banco Central e algumas privatizações, determinadas reformas foram adiadas em função do ambiente político desfavorável, particularmente à luz das próximas eleições presidenciais em 2022. Nesse cenário, as regras do teto de gastos foram alteradas para permitir maiores gastos públicos em 2022, especialmente aqueles relacionados a programas de transferência de renda, causando impacto negativo nos preços dos ativos financeiros dado o maior risco de insustentabilidade fiscal.

A economia brasileira apresentou uma taxa de crescimento relativamente baixa nesta década, em meio a crises econômicas. Segundo dados de mercado, o PIB brasileiro cresceu aproximadamente 4,5% em 2021, após queda de 3,9% em 2020.

Os preços ao consumidor, medidos pelo IPCA, subiram para 10,06% em 2021, bem acima da meta estabelecida pelo Banco Central. Em um contexto de alta da inflação, o Copom elevou a taxa Selic, para 9,25% ao final de 2021, ante 2,0% ao final de 2020.

Do lado fiscal, o déficit do setor público caiu em 2021, refletindo tanto o aumento das receitas públicas em meio à recuperação econômica, quanto a queda nos gastos fiscais devido à redução das despesas relacionadas à COVID-19. Como resultado, o superávit foi de 0,7% do PIB em 2021 (déficit de 9,4% em 2020). Com isso, a dívida pública bruta caiu de 88,8% do PIB em 2020 para 80,3% do PIB em 2021. Apesar dessa melhora, as eleições presidenciais de 2022 e as incertezas relacionadas à sustentabilidade fiscal e da dívida em meio a pressões por mais gastos levaram ao aumento do prêmio de risco brasileiro para 326 pontos base ao final de 2021, ante 260 pontos base ao final de 2020, de acordo com o índice EMBI do JP Morgan. A taxa de câmbio do Real brasileiro depreciou 7,39% em relação ao dólar americano, passando de R$ 5,20 ao final de 2020 para R$ 5,58 ao final de 2021.

Para 2022, espera-se a continuidade da política monetária austera, resultando em desaceleração gradual da inflação ao longo do ano. Adicionalmente, os juros mais elevados, o menor crescimento da atividade econômica global e as incertezas fiscais e políticas implicam desaceleração do PIB brasileiro, para alta de 0,3%, segundo a pesquisa Focus.

DESEMPENHO OPERACIONAL

DESEMPENHO OPERACIONAL MÓVEL

Milhares	2021	2020	Δ% a/a
TOTAL DE ACESSOS MÓVEIS	**83.921**	**78.532**	**6,9**
Pós-pago	49.634	44.870	10,6
M2M	*12.467*	*10.452*	*19,3*
Pré-pago	34.287	33.663	1,9
MARKET SHARE	**33,1%**	**33,6%**	**(0,4) p.p.**
Pós-pago	37,0%	37,7%	(0,7) p.p.
Pré-pago	28,7%	29,3%	(0,5) p.p.

Em 2021, adicionamos 5.389 mil acessos móveis, totalizando 83.921 mil ao final do ano. Mantivemos a liderança incontestável no negócio móvel, com *market share* de 33,1%.

Os acessos pós-pago atingiram 49.634 mil ao final de 2021, o que representa um aumento de 4.764 mil acessos no comparativo anual e *market share* de 37,0%.

No pré-pago, a base de clientes atingiu 34.287 mil acessos, um crescimento de 625 mil acessos no ano, com *market share* de 28,7%.

No mercado de *Machine-to-Machine* (M2M) a base de acessos totalizou 12.467 mil clientes, um crescimento de 2.015 mil acessos na comparação anual, relacionado a retomada da atividade comercial durante o ano.

DESEMPENHO OPERACIONAL FIXO

Milhares	2021	2020	Δ% a/a
TOTAL DE ACESSOS FIXOS	**14.839**	**16.519**	**(10,2)**
Acessos core fixa[1]	**6.452**	**5.975**	**8,0**
FTTx	**5.535**	**5.084**	**8,9**
FTTH	4.609	3.378	36,4
IPTV	**917**	**891**	**2,9**
Acessos não-core fixa[2]	**8.387**	**10.544**	**(20,5)**
Acessos core fixa[1] / Total de Acessos fixos	**43,5%**	**36,2%**	**7,3 p.p.**
Acessos não-core fixa[2] / Total de Acessos fixos	**56,5%**	**63,8%**	**(7,3) p.p.**

O total de acessos fixos somou 14.839 mil em 2021, uma redução de 10,2% em relação a 2020, justificada pela maturidade dos serviços não-core, parcialmente compensada pelo crescimento da base em tecnologias core, mais avançadas, cuja representatividade é de 43,5% dos acessos fixos (+7,3 p.p. a/a).

Os acessos *core* aumentaram 8,0% a/a em 2021, atingindo 6.452 mil linhas, refletindo a estratégia da Companhia, focada na expansão da rede de fibra, que nos permite oferecer conexão de qualidade e com maiores velocidades, impulsionando não somente a expansão da base de clientes de FTTH (+36,4% a/a), mas também a de IPTV (+2,9% a/a).

Em 2021, atingimos 4,6 milhões de acessos em FTTH, atestando a essencialidade do serviço e a reconhecida superioridade da qualidade da fibra oferecida pela Vivo.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R$ milhões	2021	2020	Δ% a/a
Receita Operacional Líquida	**44.032,6**	**43.126,5**	**2,1**
Receitas core[1]	39.319	37.030	6,2
Receita móvel	29.376	28.421	3,4
Receita core fixa	9.942	8.609	15,5
Receita não-core[2]	4.714	6.096	(22,7)

Em 2021, a Receita líquida da Companhia cresceu +2,1% a/a e atingiu R$ 44.032,6 milhões (R$ 43.126,5 milhões em 2020), impulsionadas pela maior receita core, cuja evolução foi de 6,2% no ano.

As principais alavancas de crescimento das receitas core foram os serviços de fibra ótica, como FTTH e IPTV, Dados Corporativos, TIC e outros, e Serviços e Aparelhos móveis.

A receita de FTTH e a receita de IPTV evoluíram 43,3% e 22,6%, respectivamente, no comparativo anual, atestando a qualidade do serviço e da oferta da Vivo, além da presença da Vivo com essa tecnologia em um maior número de cidades.

[1] FTTx e IPTV.
[2] Voz fixa, xDSL e DTH.

A Receita de Dados Corporativos, TIC e outros evoluiu 15,2% no ano, resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de cloud, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros, nos permitindo contribuir com a digitalização das operações de empresas de todos os portes.

Já a Receita Líquida Móvel cresceu 3,4% em 2021, suportada pelo crescimento, tanto da receita de serviços (+3,0% a/a), quanto da receita de aparelhos (+6,9% a/a).

As receitas não-core continuam apresentando redução expressiva, mas com uma participação cada vez menos relevante no total de receitas da Companhia.

Custos Operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R$ 25.025,4 milhões no ano, uma redução de 1,2% quando comparado a 2020 (R$ 25.318,1 milhões). Essa redução é reflexo das constantes iniciativas de digitalização e eficiência, com incentivo do uso dos canais digitais nas vendas de produtos, serviços, recargas, e pagamentos, crescente adoção do e-billing e redução de chamadas no call center, além do rígido controle da provisão para devedores duvidosos.

EBITDA

O EBITDA totalizou R$ 19.007,2 milhões em 2021, um aumento de 6,7% a/a (R$ 17.808,4 milhões em 2020). A Margem EBITDA alcançou 43,2% em 2021, aumento de 1,9 p.p. em relação a 2020 (41,3%). Contribuíram para esse aumento da margem EBITDA as medidas de eficiência e digitalização adotadas pela Companhia.

Em R$ milhões - Consolidado	2021	2020
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial	6.968,9	6.580,9
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	9.688,7	8.865,9
Em despesas de comercialização de serviços	1.506,9	1.495,2
Em despesas gerais e administrativas	842,7	866,4
EBITDA	**19.007,2**	**17.808,4**
Margem EBITDA		
a) EBITDA	**19.007,2**	**17.808,4**
b) Receita Operacional Líquida (*)	**44.032,6**	**43.126,5**
a) / b)	43,2%	41,3%

Resultado Líquido

O Resultado Líquido de 2021 atingiu R$ 6.229,4 milhões (R$ 4.770,5 milhões em 2020), incremento de 30,6% a/a. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2021 foi de 14,1% (11,1% em 2020).

Em R$ milhões - Consolidado	2021	2020
a) Lucro líquido do exercício	6.229,4	4.770,5
b) Receita Operacional Líquida	44.032,6	43.126,5
a) / b)	**14,1%**	**11,1%**

INVESTIMENTOS

Em 2021, a Companhia investiu R$ 8.684,7 milhões, valor 11,5% superior ao montante investido em 2020 (R$ 7.789,0 milhões), o que representa 19,7% da Receita Operacional Líquida do ano.

Em 2021, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, chegando a 61 novas cidades e adicionando 4,7 milhões de casas passadas. No total, já são 19,6 milhões de casas passadas em 321 cidades do Brasil. O objetivo é chegar a 29 milhões de casas passadas até o final de 2024, o que nos permitirá acelerar o volume de clientes conectados e, consequentemente, capturar o retorno dos investimentos.

Além da expansão da nossa rede de fibra, também investimos na manutenção e expansão da rede móvel, atingindo a marca expressiva de 4.381 municípios com 4G, ou 94,1% da população brasileira.

Cobertura FTTH em 327 cidades, com 19,6 milhões de casas passadas.

Em 2021, também contabilizamos os investimentos relativos às licenças 5G leiloadas pela ANATEL em novembro de 2021 e as respectivas obrigações atreladas aos espectros adquiridos, totalizando investimentos no montante de R$ 4.459 milhões.

Consolidado em R$ milhões	2021	2020	Δ% a/a
Rede	7.102	6.328	12,2
Tecnologia, Sistemas de Informação e Outros	1.582	1.461	8,3
Investimentos ex-licenças | ex-IFRS 16	**8.685**	**7.789**	**11,5**
Licenças	4.496	184	n.a.
Investimentos | ex-IFRS 16	**13.181**	**7.973**	**65,3**
IFRS 16 | Leasing	3.113	4.461	(30,2)
Saldo total | IFRS 16	**16.294**	**12.435**	**31,0**
Investimentos ex-licenças | ex-IFRS 16 / ROL	**19,7%**	**18,1%**	**1,7 p.p.**

RETORNO AO ACIONISTA

A Telefônica Brasil está constantemente reafirmando o seu compromisso com a maximização do retorno ao acionista. Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de juros sobre capital próprio e dividendos no valor bruto de R$ 6.264 milhões, relativo ao exercício social de 2021. O montante equivale a um *dividend payout* de 101%, com *dividend yield* de 7,7% no ano, consolidando a Companhia como uma das maiores distribuidoras de proventos do Brasil.

***Dividend yield* de 7,7% e *dividend payout* de 101%**

2021	Valor Total Bruto (R$ Milhões)	Valor Total Líquido (R$ Milhões)	Valor Bruto por Ação (R$)	Valor Líquido por Ação (R$)	Data de Pagamento
Dividendos[1]	3.529	3.529	2,104784	2,104784	18/10/2022
JSCP	2.735	2.325	1,626338	1,382387	19/07/2022

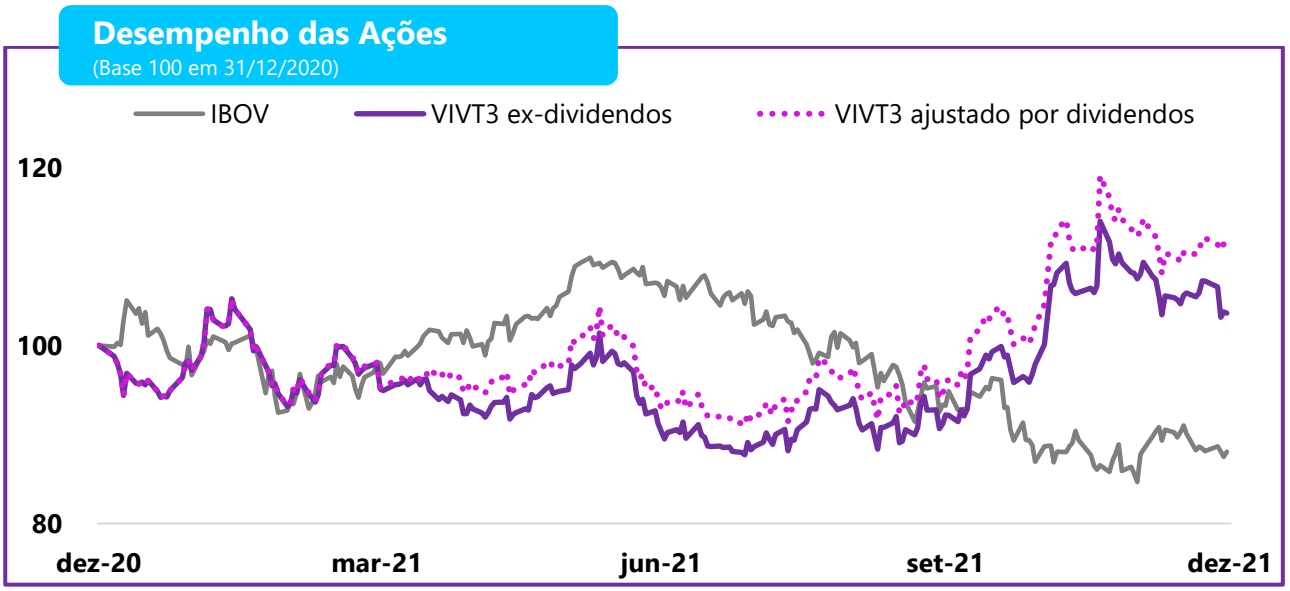
[1] O dividendo no montante de R$2.029 milhões será proposto pela Administração para deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2022. O valor por ação está sujeito a alteração em função de eventual execução do Programa de Recompra de Ações.

Além do pagamento de JSCP e Dividendos, a Companhia executou seu Programa de Recompra de Ações durante 2021, sendo mais um instrumento de incremento da remuneração ao acionista. Durante o ano foram recompradas 11.235.900 ações, no valor de R$496 milhões, elevando o *yield* (*dividendo + recompra de ações)* para 8,4% e o *payout* para 109%.

Considerando o fim do Programa, o Conselho de Administração aprovou proposta de cancelamento das ações detidas em tesouraria[1], sendo que a adequação do capital social, para refletir tal cancelamento, será deliberado na Assembleia de Acionistas, a ser realizada em abril de 2022. Dado o encerramento do programa, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações 2022-2023 com duração de 12 meses, reafirmando a intenção de reforçar o retorno ao acionista para esse ano.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Companhia (VIVT3), encerraram o ano de 2021 cotadas a R$48,19, uma valorização de 3,6% em 12 meses. Ao considerar os proventos distribuídos e as recompras de ações efetuadas no período, a valorização anual foi de 11,2%. O IBOV, por sua vez, apresentou desvalorização de 11,9% no ano.



VIVT B3 LISTED VIV LISTED NYSE ISEB3 ICO2 B3

[1] Cancelamento das ações detidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2021.

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**31.12.21**	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Ativo circulante		**20.655.171**	**18.827.625**	**21.060.168**	**19.060.868**
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.187.360	5.517.354	6.448.483	5.762.081
Aplicações financeiras	4	30.109	-	30.109	-
Contas a receber	5	8.064.097	8.174.784	8.100.269	8.182.667
Estoques	6	632.514	626.836	639.825	633.100
Despesas antecipadas	7	1.004.786	858.257	1.006.425	859.766
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.c	376.750	514.582	382.386	519.277
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	3.704.407	2.505.056	3.716.169	2.512.293
Depósitos e bloqueios judiciais	10	105.876	176.242	106.963	177.433
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.b	12.396	44.369	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	32	6.451	5.902	6.451	5.902
Outros ativos	11	530.425	404.243	623.088	408.349
Ativo não circulante		**94.611.264**	**89.690.754**	**94.603.365**	**89.677.510**
Realizável a longo prazo		**5.418.518**	**4.300.633**	**5.734.277**	**4.598.367**
Aplicações financeiras	4	37.044	46.051	37.238	46.280
Contas a receber	5	470.882	379.898	470.882	379.898
Despesas antecipadas	7	442.263	194.468	442.268	194.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.e	-	-	121.748	138.641
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.c	2.692	-	2.692	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	1.340.869	824.322	1.340.872	824.324
Depósitos e bloqueios judiciais	10	2.560.421	2.608.380	2.724.215	2.766.945
Instrumentos financeiros derivativos	32	54.433	63.514	54.433	63.514
Outros ativos	11	509.914	184.000	539.929	184.254
Investimentos	12	**707.008**	**478.552**	**356.290**	**144.433**
Imobilizado	13	**44.387.672**	**44.335.795**	**44.408.491**	**44.352.593**
Intangível	14	**44.098.066**	**40.575.774**	**44.104.307**	**40.582.117**
TOTAL DO ATIVO		**115.266.435**	**108.518.379**	**115.663.533**	**108.738.378**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota**	**31.12.21**	**31.12.20**	**31.12.21**	**31.12.20**
Passivo circulante		**22.321.331**	**17.828.902**	**22.459.398**	**17.875.084**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16	848.819	737.354	888.324	764.329
Fornecedores	17	7.085.058	6.636.448	7.132.402	6.613.004
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.d	-	-	3.068	1.693
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	1.465.039	1.590.784	1.485.157	1.607.434
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.c	4.265.715	3.865.998	4.265.715	3.865.998
Provisões e contingências	20	698.098	412.745	702.314	417.653
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	21	6.903.208	3.680.828	6.906.892	3.682.472
Receitas diferidas	22	599.873	506.778	604.646	506.806
Instrumentos financeiros derivativos	32	4.538	8.864	4.538	8.864
Outros passivos	23	450.983	389.103	466.342	406.831
Passivo não circulante		**23.017.908**	**21.132.713**	**23.197.939**	**21.306.530**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16	21.522	3.675	21.533	3.679
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.d	97.668	96.252	97.668	96.252
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	1.719.528	270.692	1.771.185	319.358
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.e	4.172.044	4.414.540	4.172.044	4.414.540
Provisões e contingências	20	5.602.382	5.074.544	5.720.928	5.192.478
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	21	10.021.541	9.555.003	10.027.086	9.556.694
Receitas diferidas	22	153.839	239.287	153.864	239.438
Instrumentos financeiros derivativos	32	69.022	66.116	69.022	66.116
Outros passivos	23	1.160.362	1.412.604	1.164.609	1.417.975
TOTAL DO PASSIVO		**45.339.239**	**38.961.615**	**45.657.337**	**39.181.614**
Patrimônio líquido		**69.927.196**	**69.556.764**	**69.927.196**	**69.556.764**
Capital social	24.a	63.571.416	63.571.416	63.571.416	63.571.416
Reservas de capital	24.b	754.443	1.182.263	754.443	1.182.263
Reservas de lucro	24.c	3.504.656	3.149.679	3.504.656	3.149.679
Dividendo adicional proposto	24.d	2.028.524	1.587.518	2.028.524	1.587.518
Outros ajustes patrimoniais	24.e	68.157	65.888	68.157	65.888
Participação de acionistas não controladores	24.h	-	-	79.000	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**69.927.196**	**69.556.764**	**70.006.196**	**69.556.764**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**115.266.435**	**108.518.379**	**115.663.533**	**108.738.378**

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	**43.684.068**	**42.572.856**	**44.032.613**	**43.126.472**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	26	(24.587.279)	(22.542.209)	(24.781.369)	(22.693.083)
Lucro bruto		**19.096.789**	**20.030.647**	**19.251.244**	**20.433.389**
(Despesas) Receitas operacionais		**(12.044.567)**	**(13.550.185)**	**(12.165.135)**	**(13.851.726)**
Despesas com comercialização	26	(11.582.804)	(11.848.661)	(11.594.117)	(11.871.555)
Despesas gerais e administrativas	26	(2.567.282)	(2.481.981)	(2.615.905)	(2.524.993)
Outras receitas operacionais	27	3.012.432	1.416.212	2.993.647	1.419.113
Outras despesas operacionais	27	(1.061.654)	(816.399)	(1.066.022)	(875.025)
Resultado de equivalência patrimonial	12	154.741	180.644	117.262	734
Lucro operacional		**7.052.222**	**6.480.462**	**7.086.109**	**6.581.663**
Receitas financeiras	28	1.289.764	1.330.552	1.310.533	1.351.530
Despesas financeiras	28	(2.422.484)	(1.908.100)	(2.437.113)	(1.924.959)
Lucro antes dos tributos		**5.919.502**	**5.902.914**	**5.959.529**	**6.008.234**
Imposto de renda e contribuição social	8.f	319.862	(1.132.387)	269.828	(1.237.707)
Lucro líquido do exercício		**6.239.364**	**4.770.527**	**6.229.357**	**4.770.527**
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		6.239.364	4.770.527	6.239.364	4.770.527
Acionistas não controladores		-	-	(10.007)	-
Lucro básico e diluido por ação ordinária (em R$)	24.g	3,71	2,90		
Lucro básico e diluido por ação preferencial (em R$)	24.g	n.a.	2,77		

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de capital			Reservas de lucro								
	Nota	Capital social	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**63.571.416**	**63.074**	**1.190.209**	**(87.820)**	**2.834.808**	**57.579**	**600.000**	**-**	**2.195.575**	**30.737**	**70.455.578**	**-**	**70.455.578**
Dividendo adicional proposto do exercício de 2019	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.195.575)	-	(2.195.575)	-	(2.195.575)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.d	-	-	-	-	-	-	-	99.788	-	-	99.788	-	99.788
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	18.766	-	(18.766)	-	-	-	-	-
Recompra de ações preferenciais e ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(22.689)	-	-	-	-	-	-	(22.689)	-	(22.689)
Pagamentos de direitos de recesso a acionistas na conversão de ações PN em ON	24.b	-	-	-	(32)	-	-	-	-	-	-	(32)	-	(32)
Transações de capital, decorrentes da aquisição e alienação da CyberCo Brasil	24.b	-	-	39.521	-	-	-	-	-	-	-	39.521	-	39.521
Reversão da reserva para expansão e modernização de 2019	24.c	-	-	-	-	-	-	(600.000)	600.000	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c.3	-	-	-	-	-	-	-	204.495	-	35.151	239.646	-	239.646
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4.770.527	-	-	4.770.527	-	4.770.527
Destinação do lucro:														
Reserva legal	24.c	-	-	-	-	238.526	-	-	(238.526)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.630.000)	-	-	(2.630.000)	-	(2.630.000)
Dividendos intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.200.000)	-	-	(1.200.000)	-	(1.200.000)
Dividendo adicional proposto	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.587.518)	1.587.518	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**63.571.416**	**63.074**	**1.229.730**	**(110.541)**	**3.073.334**	**76.345**	**-**	**-**	**1.587.518**	**65.888**	**69.556.764**	**-**	**69.556.764**
Dividendo adicional proposto do exercício de 2020	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.587.518)	-	(1.587.518)	-	(1.587.518)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.d	-	-	-	-	-	-	-	116.236	-	-	116.236	-	116.236
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	43.009	-	(43.009)	-	-	-	-	-
Recompra de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(495.995)	-	-	-	-	-	-	(495.995)	-	(495.995)
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c.3	-	-	-	-	-	-	-	262.901	-	2.269	265.170	(3)	265.167
Efeitos de equivalência patrimonial na FiBrasil	24.c	-	-	2.182	-	-	-	-	-	-	-	2.182	-	2.182
Efeitos da alienação do investimento na CloudCo Brasil	24.c	-	-	31.367	-	-	-	-	-	-	-	31.367	47.674	79.041
Efeitos da alienação do investimento na IoTCo Brasil	24.c	-	-	34.644	-	-	-	-	-	-	-	34.644	41.336	75.980
Transações de capital	24.b	-	-	(18)	-	-	-	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	6.239.364	-	-	6.239.364	(10.007)	6.229.357
Destinação do lucro:														
Reserva legal	24.c	-	-	-	-	311.968	-	-	(311.968)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.735.000)	-	-	(2.735.000)	-	(2.735.000)
Dividendos intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Dividendo adicional proposto	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.028.524)	2.028.524	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**63.571.416**	**63.074**	**1.297.905**	**(606.536)**	**3.385.302**	**119.354**	**-**	**-**	**2.028.524**	**68.157**	**69.927.196**	**79.000**	**70.006.196**

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**6.239.364**	**4.770.527**	**6.229.357**	**4.770.527**
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**2.552**	**34.861**	**2.552**	**34.861**
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos	24.e	5.664	(6.283)	5.664	(6.283)
Tributos	8.e	(1.926)	2.136	(1.926)	2.136
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	12	(1.186)	39.008	(1.186)	39.008
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**259.634**	**204.790**	**262.615**	**204.785**
Ganhos (perdas) não realizados em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	24.e	(429)	440	(429)	440
Tributos	8.e	146	(150)	146	(150)
Ganhos atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	32	393.814	309.849	396.923	309.911
Tributos	8.e	(133.897)	(105.349)	(134.025)	(105.416)
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas, decorrentes de ganhos atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	**12**	**2.984**	**(5)**	**-**	**-**
Outros resultados abrangentes		**265.170**	**239.646**	**265.167**	**239.646**
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos		**6.504.534**	**5.010.173**	**6.494.524**	**5.010.173**
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		6.504.534	5.010.173	6.504.534	5.010.173
Acionistas não controladores		-	-	(10.010)	-

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas		**58.937.429**	**55.879.700**	**59.336.501**	**56.456.547**
Venda de mercadorias e serviços		56.639.248	55.512.048	57.051.723	56.149.185
Outras receitas		3.723.953	2.102.298	3.721.066	2.047.720
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	26	(1.425.772)	(1.734.646)	(1.436.288)	(1.740.358)
Insumos adquiridos de terceiros		**(21.352.763)**	**(19.321.365)**	**(21.465.307)**	**(19.446.168)**
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos		(14.526.775)	(12.036.230)	(14.633.243)	(12.146.950)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.107.486)	(7.709.032)	(8.113.768)	(7.721.300)
Perda/Recuperação de ativos		1.281.498	423.897	1.281.704	422.082
Valor adicionado bruto		**37.584.666**	**36.558.335**	**37.871.194**	**37.010.379**
Retenções		**(12.027.287)**	**(11.221.242)**	**(12.038.331)**	**(11.227.498)**
Depreciação e amortização	26	(12.027.287)	(11.221.242)	(12.038.331)	(11.227.498)
Valor adicionado líquido produzido		**25.557.379**	**25.337.093**	**25.832.863**	**25.782.881**
Valor adicionado recebido em transferência		**1.444.505**	**1.511.196**	**1.427.795**	**1.352.264**
Resultado de equivalência patrimonial	12	154.741	180.644	117.262	734
Receitas financeiras	28	1.289.764	1.330.552	1.310.533	1.351.530
Valor adicionado total a distribuir		**27.001.884**	**26.848.289**	**27.260.658**	**27.135.145**
Distribuição do valor adicionado		**27.001.884**	**26.848.289**	**27.260.658**	**27.135.145**
Pessoal, encargos e benefícios sociais		4.702.814	4.269.628	4.842.006	4.366.466
Remuneração direta		3.183.346	2.865.635	3.276.449	2.931.764
Benefícios		1.325.024	1.230.130	1.363.152	1.254.862
FGTS		194.444	173.863	202.405	179.840
Impostos, taxas e contribuições		12.500.066	14.651.251	12.615.589	14.818.861
Federal		3.262.137	4.737.023	3.363.593	4.888.805
Estadual		8.982.837	9.684.800	8.986.780	9.686.637
Municipal		255.092	229.428	265.216	243.419
Remuneração de capitais de terceiros		3.559.640	3.156.883	3.573.706	3.179.291
Juros		2.360.050	1.863.758	2.373.186	1.879.428
Aluguéis		1.199.590	1.293.125	1.200.520	1.299.863
Remuneração de capitais próprios		6.239.364	4.770.527	6.229.357	4.770.527
Juros sobre o capital próprio e dividendos	24.d	2.735.000	2.630.000	2.735.000	2.630.000
Dividendos	24.d	1.500.000	1.200.000	1.500.000	1.200.000
Lucros retidos		2.004.364	940.527	2.004.364	940.527
Participação de acionistas não controladores	24.h	-	-	(10.007)	-

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos		**5.919.502**	**5.902.914**	**5.959.529**	**6.008.234**
Ajustes de:					
Depreciações e amortizações	26	12.027.287	11.221.242	12.038.331	11.227.498
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(5.056)	(6.538)	(5.056)	(6.538)
Variações monetárias de ativos e passivos		821.465	504.050	823.257	506.056
Baixas em operações com alienação de investimentos		(358.439)	-	(358.439)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	(154.741)	(180.644)	(117.262)	(734)
Ganhos na baixa / alienação de ativos		(846.217)	(459.828)	(847.865)	(459.758)
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	26	1.425.772	1.734.646	1.436.288	1.740.358
Mudanças em provisões passivas		253.857	100.084	293.935	92.358
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques		37.000	4.762	38.441	6.508
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	31	68.141	87.144	70.148	88.487
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	20	1.061.654	680.644	1.066.022	673.905
Despesas de juros (empréstimos, financiamentos, arrendamentos, operações com derivativos e licenças 5G)		940.446	651.455	940.766	651.496
Outros		(28.073)	(48.289)	(28.900)	(48.289)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(1.366.129)	(1.173.156)	(1.404.934)	(1.142.973)
Estoques		(42.679)	(58.293)	(45.166)	(61.783)
Tributos a recuperar		(2.358.365)	1.688.829	(2.366.998)	1.687.393
Despesas antecipadas		(393.242)	(146.301)	(393.333)	(146.425)
Outros ativos		49.855	(12.666)	41.987	(17.116)
Pessoal, encargos e benefícios sociais		129.313	(18.182)	141.849	(17.755)
Fornecedores		1.016.007	261.174	1.046.087	287.273
Impostos, taxas e contribuições		1.708.361	45.940	1.715.965	38.526
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	20	(1.099.061)	(917.371)	(1.111.086)	(927.057)
Outros passivos		86.574	34.393	90.217	38.334
		12.973.730	**13.993.095**	**13.064.254**	**14.209.764**
Caixa gerado nas operações		**18.893.232**	**19.896.009**	**19.023.783**	**20.217.998**
Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	21.f	(853.730)	(781.053)	(853.805)	(781.092)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(66.581)	(19.143)	(97.378)	(95.156)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**17.972.921**	**19.095.813**	**18.072.600**	**19.341.750**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado e intangível		(9.291.642)	(8.287.762)	(9.295.484)	(8.289.264)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		758.180	958.948	760.254	959.345
Pagamento por aporte de capital em controlada	12	(54.000)	(11.010)	-	-
Caixa recebido na venda de investimentos		244.139	116.411	244.139	116.411
Resgate líquido de depósitos judiciais		163.255	796.611	163.323	798.233
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	19.b	178.199	292.297	-	-
Resgate de aplicações dadas em garantias		-	13.575	-	13.575
Caixa e equivalentes de caixa por aquisição (alienação) de sociedades		-	-	-	(6.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(8.001.869)**	**(6.120.930)**	**(8.127.768)**	**(6.408.456)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	21.f	(3.898.763)	(5.296.896)	(3.901.147)	(5.297.688)
Recebimento dos instrumentos financeiros derivativos		47.661	84.400	47.661	84.400
Pagamento dos instrumentos financeiros derivativos		(52.623)	(69.214)	(52.623)	(69.214)
Pagamento por aquisições de ações para tesouraria	24.b	(495.995)	(22.721)	(495.995)	(22.721)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	19.c	(4.901.326)	(5.259.367)	(4.901.326)	(5.259.367)
Recebimento de recursos para aumento de capital em controladas por outros acionistas		-	-	45.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(9.301.046)**	**(10.563.798)**	**(9.258.430)**	**(10.564.590)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**670.006**	**2.411.085**	**686.402**	**2.368.704**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3**	**5.517.354**	**3.106.269**	**5.762.081**	**3.393.377**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3**	**6.187.360**	**5.517.354**	**6.448.483**	**5.762.081**

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; e (v) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 24.a.2).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"*)*, dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange"* – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) e (v) Serviço Limitado Privado ("SLP") em todo o território brasileiro, por meio de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472/1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23).

Antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de uso de espectro de radiofrequências eram comumente concedidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogações sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogações sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abarcadas pelo referido regime.

O Decreto definiu, ainda, as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de prorrogação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.

Atualmente, a cada biênio, após a primeira prorrogação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita auferida através da prestação do SMP no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar somente o equivalente a 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixou novos critérios para os custos de prorrogação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.

Prorrogações das autorizações das faixas em 850 MHz

Ao deliberar sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 30 de setembro de 2020, que (i) a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação ("SOR") tratasse dos pedidos de prorrogação das autorizações de uso de radiofrequências vigentes nas subfaixas A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e regulamentares; e que (ii) o valor devido pela prorrogação deveria ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir, segundo a ANATEL, o real valor econômico (valor de mercado) das faixas.

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, até a data de 29 de novembro de 2028, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020. A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, da necessidade de se promover uma reorganização e redimensionamento da canalização da faixa. Já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (ônus bianual e Resolução nº 695/2018, que aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências ("PPDUR")) foi decidido sob a alegação de que os instrumentos regulatórios atuais não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, determinou a ANATEL que o pagamento pela autorização fosse realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes sua quitação em forma de investimentos. Analogamente, a ANATEL prorrogou o prazo de vigência das autorizações do direito de uso de radiofrequências referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz na área de prestação equivalente ao Distrito Federal, associadas ao Termo de Autorização nº 003/2006/PVCP/SPV-ANATEL, nos mesmos moldes estabelecidos na prorrogação das autorizações no Estado do Rio de Janeiro, em termos de prazo e condições de pagamento.

Os Termos de Autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

Leilões das Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos de Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências Associadas ao SMP n.º 86, 87 e 88/2021 ("Termos"), nas subfaixas de radiofrequências de 2.300 MHz a 2.390 MHz, 3.300 MHz a 3.700 MHz e 24,3 GHz a 27,5 GHz, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia de quinta geração ("5G"), realizados pela ANATEL nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, dos quais a Companhia foi a vencedora.

Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a contar de 8 de dezembro de 2021, data de publicação dos extratos presentes dos Termos no Diário Oficial da União ("DOU"), a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, expedidas pelos Termos n.º 78/2012/PVCP/SPV-ANATEL, n.º 05/2010/PVCP/SPV-ANATEL e n.º 06/2010/PVCP/SPV-ANATEL, prorrogáveis, sucessivamente, a título oneroso, nos termos da Lei nº 9.472/1997.

Conforme os Termos, além dos montantes relacionados às radiofrequências a serem pagas à ANATEL, a Companhia terá que realizar aportes na Entidade Administradora de Faixa ("EAF") e na Entidade Administradora da Conectividade de Escolas ("EACE"), conforme resumo a seguir:

Frequência	Lote	Banda	Região	ANATEL (1)	EAF (2)	EACE (3)	Total
3.500 MHz	B2	80 MHz	Nacional	249.834	1.683.565	-	1.933.399
3.500 MHz	D35	20 MHz	Nacional	54.032	420.891	-	474.923
2.300 MHz	E7	50 MHz	Sudeste (exceto São Paulo)	176.400	-	-	176.400
2.300 MHz	F1	40 MHz	Norte	29.000	-	-	29.000
2.300 MHz	F3	40 MHz	São Paulo	231.000	-	-	231.000
2.300 MHz	F5	40 MHz	Centro Oeste	30.000	-	-	30.000
26 GHz	G3 / G4 / G5	600 MHz	Nacional	158.472	-	1.426.248	1.584.720
Total				**928.738**	**2.104.456**	**1.426.248**	**4.459.442**

(1) Referem-se aos valores das licenças de radiofrequência a serem pagos à ANATEL em parcela única, à vista, em até 30 dias contados a partir do recebimento da notificação expedida pela ANATEL ou de forma parcelada, com o número máximo de parcelas anuais equivalente ao prazo em anos do direito de uso das radiofrequências. A Companhia optou pelo pagamento parcelado e o valor de cada parcela será atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), acumulada mensalmente, desde a data da publicação dos Termos no DOU.

(2) Referem-se aos valores que a Companhia terá que aportar na EAF para ressarcir: (i) os custos para a migração da recepção do sinal de televisão aberta e gratuita; (ii) os custos da desocupação da faixa de 3.625 MHz a 3.700 MHz, incluindo pagamentos referentes a soluções para os problemas de interferência prejudicial na recepção do sinal de televisão aberta e gratuita; (iii) os custos para a implantação do Programa Amazônia Integrada; e (iv) os custos para a implantação da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal e Sustentável. Os aportes destes recursos deverão ocorrer em 2 parcelas, sendo: 50% em até 10 dias da constituição da EAF e os outros 50% em até 120 dias após o aporte da 1ª parcela, atualizados pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas), desde a data da publicação dos Termos no DOU.

(3) Refere-se aos valores que a Companhia terá que aportar na EACE para ressarcir os custos com a consecução de projetos de conectividade de escolas públicas de educação básica. Os aportes destes recursos deverão ocorrer em 5 parcelas, sendo: 20% em até 30 dias da constituição da EACE e 4 parcelas de 20% a cada 6 meses após o aporte da 1ª parcela, atualizados pela variação do IGP-DI, desde a data da publicação dos Termos no DOU.

Conforme os Termos, além dos montantes apresentados no quadro anterior, ainda existem compromissos de abrangência ("obrigações de fazer" ou "compromissos de cobertura"), onde a Companhia tem a obrigação de ofertar conexões de voz e dados, construir e instalar redes e equipamentos de transmissão tais como: (i) cobertura 4G em 37 cidades até dezembro de 2024 e outras 1.372 localidades até dezembro de 2028; (ii) implantação de *backhaul* de fibra óptica em 149 municípios até dezembro de 2026; e (iii) cobertura 5G em todos os municípios com mais de 30 mil habitantes até dezembro de 2029.

Estes compromissos são considerados contratos executáveis, de natureza não monetária e não onerosa e, desta forma, serão contabilizados à medida de suas implantações.

A frequência de 26GHz permitirá que a Companhia incremente a capacidade de sua rede em áreas urbanas mais densas, e será utilizada, em conjunção às frequências de 3.500MHz e 2.300MHz, para oferecer capacidade espectral para implantação da tecnologia 5G em todo o território nacional.

Com a aquisição destas radiofrequências, a Companhia garante o espectro necessário à prestação do serviço de 5G a médio e longo prazos, reforçando a liderança no serviço móvel ao oferecer aos seus clientes as soluções mais avançadas em termos de velocidade, qualidade e estabilidade, atendendo assim à crescente demanda por conectividade e acelerando o seu ecossistema digital.

A Companhia avalia que esta nova tecnologia reforça suas operações no mercado que atua, não identificando nenhum indício de *impairment* de ativos, bem como a necessidade de alteração de vidas úteis de outras tecnologias utilizadas atualmente.

Visão geral das Autorizações para Uso do Espectro de Radiofrequência

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
450 MHz	14	2027
700 MHz	20	2029
850 MHz	25	2022-2028
900 MHz	5	2023-2035
1800 MHz	20-50	2023-2035
2100 MHz	20-30	2023
2300 MHz	40-50	2041
2500 MHz	40-60	2027-2031
3500 MHz	100	2041
26 GHz	600	2041

c) Eventos societários

Estruturação do Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em agosto de 2020, ocorreu a estruturação do Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC" ou "Vivo Money"), sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O FIDC poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com seu regulamento.

O objetivo do FIDC é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas quotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios elegíveis, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão, e (ii) ativos financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do fundo.

A aquisição dos direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros terão origem em operações de crédito realizadas eletronicamente por clientes da Companhia, no âmbito do programa Vivo Money, exclusivamente mediante plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia.

O FIDC iniciou suas operações em 14 de setembro de 2020, após a concessão do registro automático de que trata o artigo 8º da Instrução CVM nº 356/2001, emitindo 2.000 (duas mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R$1.000,00 (mil reais).

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia realizou um novo aporte no FIDC no montante de R$2.000, com a emissão de mais 2.000 (duas mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R$1.000,00 (mil reais).

Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou novos aportes no FIDC no montante de R$26.000, com a emissão de mais 26.000 (vinte e seis mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R$1.000,00 (mil reais).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detinha 30.000 (trinta mil) e 4.000 (quatro mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R$1.000,00 (mil reais), respectivamente, as quais não terão parâmetro de remuneração definido e subordinam-se às quotas seniores e às quotas subordinadas mezanino, nessa ordem de prioridade, para efeito de amortização e resgate.

O FIDC é administrado e custodiado pela Brl Trust Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo - SP, credenciada pela CVM para o exercício de atividade de administração de carteira por meio do ato declaratório nº 11.784, de 30 de junho de 2011.

Aquisição do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.

Em 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda. ("CyberCo Brasil"), pelo montante de R$10.000,00 (dez mil reais), por um patrimônio líquido de R$500,00 (quinhentos reais), ("Operação").

A CyberCo Brasil era controlada pelo Terra Networks Brasil Ltda. ("Terra Networks"), subsidiária integral da Companhia e tem como principais atividades a exploração de soluções integradas, gestão, consultoria, *outsourcing*, e prestação de serviços relacionados à segurança da informação e da comunicação; prestação de serviços de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados às áreas de tecnologia da informação, segurança da informação e de inteligência; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática, entre outros serviços.

Esta Operação envolveu sociedades sob controle comum, sendo contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*"Predecessor Value Method"*), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da Companhia e de sua controlada (Terra Networks).

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia efetuou um aporte de capital na CyberCo Brasil no montante de R$7.000 em recursos financeiros (caixa).

Em 1º de novembro de 2020, e como passo preliminar à implementação da Operação, foram transferidos à CyberCo Brasil pela Companhia certos ativos (R$19.008 em bens dos ativos imobilizado e intangível), contratos e empregados, todos estritamente relacionados às atividades de *cybersecurity*.

Alienação do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.

Em reunião realizada em 1º de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda de Quotas, nos termos do qual a Companhia alienou a totalidade das quotas de que era titular, representativas da integralidade do capital social de sua controlada CyberCo Brasil, à Telefónica Cybersecurity Tech, S.L. ("TTech"), controlada indireta da Telefónica S.A., pelo valor total de R$116.411, tendo gerado um ganho líquido de tributos de R$39.521, contabilizado no patrimônio líquido, com base em laudo externo independente elaborado por empresa especializada ("Operação").

Esta Operação não esteve sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

Esta Operação envolveu sociedades sob controle comum e, por não terem sido atendidos determinados requisitos para que pudesse ser contabilizada como uma combinação de negócios previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R), a diferença entre a contraprestação recebida em troca da participação societária alienada foi registrada no patrimônio líquido da Companhia.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2020, a CyberCo Brasil deixou de ser controlada pela Companhia.

Operação FiBrasil

Em 2 de julho de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após a aprovação por seu Conselho de Administração em 2 de março de 2021 e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, consumou os acordos com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), um grupo global de investimentos, e com a Telefónica Infra, S.L.U. ("TEF Infra"), uma sociedade sediada na Espanha, 100% controlada pela Telefónica S.A., tendo portanto o mesmo acionista controlador da Companhia, para a construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica neutra e independente de atacado no mercado brasileiro por meio da FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil") (a "Operação").

Em decisão publicada no DOU em 6 de abril de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou sem restrições o contrato de *joint venture* entre Companhia, TEF Infra e CDPQ, via FiBrasil. Em 23 de abril de 2021, após o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o CADE certificou o trânsito em julgado com a aprovação sem restrições da decisão da Superintendência-Geral do CADE de 6 de abril de 2021. Na análise do ato de concentração, a Superintendência-Geral do CADE não identificou preocupações concorrenciais nos mercados avaliados. Além disso, ficou demonstrado que a operação poderá ter efeitos pró-competitivos, na medida em que representa a desverticalização, em parte, entre a Companhia e a FiBrasil, com relação à operação de redes de fibra como infraestrutura para telecomunicações e serviços do atacado para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Como a TEF Infra faz parte do Grupo Telefónica (Espanha), esta Operação estava sujeita à aprovação da autoridade de defesa da concorrência da União Europeia, ocorrida em 22 de abril de 2021.

Em 7 de junho de 2021, a ANATEL concedeu a anuência prévia à implementação da Operação, com validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contada a partir da publicação do Ato no DOU, ocorrida em 8 de junho de 2021, prorrogável, a pedido, uma única vez, por igual período, se mantidas as condições societárias.

A FiBrasil, que nasce como empresa líder no mercado de atacado de fibra no Brasil, começa sua operação com, aproximadamente, 1,6 milhão de casas passadas em FTTH, e seu plano de negócios visa atingir cerca de 5,5 milhões de lares em 4 anos, com foco em cidades médias fora do Estado de São Paulo.

A Companhia, como cliente âncora da FiBrasil, acelerará a execução de sua estratégia de crescimento no mercado de fibra, expandindo sua cobertura dos atuais 16,3 milhões de casas com tecnologia FTTH para 24 milhões, ao final de 2024, potencializando o *cross selling* de serviços a seus clientes, maximizando o retorno sobre o capital investido e consolidando-se como operador líder convergente no país.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2021:

A IFRS 10 e CPC 36 (R3) contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas quando ocorre perda de controle. Neste caso, a regra estabelece que a participação retida deve ser avaliada pelo seu valor justo (com base no preço da alienação realizada) e eventual diferença deve ser registrada no resultado (além da baixa da parcela alienada). O Grupo Telefónica adotou a aplicação das referidas normas para os registros da Operação em suas controladas (Companhia e TEF Infra).

A FiBrasil era controlada pela Companhia, que detinha 100 ações, representados por R$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da FiBrasil

Eventos	R$ mil
Aporte de capital em bens na FiBrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado da FiBrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Patrimônio Líquido da FiBrasil em 02/07/21, antes do *closing*	**228.172**
Subscrição de capital à vista pelo CDPQ (3)	205.000
Valor presente do aumento de capital a integralizar pelo CDPQ (4)	264.540
Patrimônio Líquido da FiBrasil em 02/07/21 (*closing*)	**697.712**

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 12, 13 e 14).

(2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Aporte de capital pelo CDPQ, com subscrição de 800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a renúncia do direito de subscrição pela Companhia e TEF Infra.

(4) Valor presente do aumento de capital a integralizar em até 12 meses ou do cumprimento de condições contratuais da Operação, o que ocorrer primeiro, com a renúncia do direito de subscrição pela Companhia e TEF Infra.

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R$ mil
Aporte de capital em bens na FiBrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado da FiBrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, antes das alienações	**228.172**
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TEF Infra (3)	(95.817)
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para o CDPQ (3)	(38.327)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, após as alienações	**94.028**
Remensuração da variação da participação acionária (4)	80.400
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (*closing*)	**174.428**
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (5)	41.095
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (após *closing*)	**215.523**

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 12, 13 e 14).

(2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, sendo: (i) R$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ (nota 12).

(4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos (nota 12).

(5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle (nota 12).

Efeitos no resultado da Companhia

Eventos	R$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (1)	579.440
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (1)	80.000
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (2)	(95.817)
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (2)	(38.327)
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(135.106)
Valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ (4)	58.138
Gastos relacionados diretamente à Operação (5)	(31.751)
Resultado operacional	**416.577**
Resultado da FiBrasil em 02/07/21	(1.789)
Remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (6)	80.400
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (7)	41.095
Resultado antes dos tributos	**536.283**
Imposto de renda e contribuição social correntes (8)	(55.277)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (9)	(97.155)
Resultado líquido da Operação	**383.851**

(1) Referem-se às alienações de participação acionária da Companhia na FiBrasil, sendo: (i) 499.999 ações para a TEF Infra, a ser recebida em 4 parcelas, sendo a 1ª à vista e outras 3 parcelas anuais a vencer no mês de julho, até 2024; e (ii) 200.000 ações para o CDPQ, recebida à vista (nota 27).

(2) Referem-se às baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra e 200.000 ações para o CDPQ (nota 27).

(3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 27).

(4) Refere-se ao valor justo da parcela da Companhia dos bônus de subscrições futuras, a serem realizadas pelo CDPQ na FiBrasil, à medida do atingimento de condições contratuais. Mensalmente, este valor é atualizado monetariamente (nota 27).

(5) Refere-se aos gastos com consultorias, laudos, honorários relacionados diretamente à Operação.

(6) Refere-se à remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos (nota 12).

(7) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle (nota 12).

(8) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social correntes apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos à vista).

(9) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos a prazo), da baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos e do valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ.

O fechamento da Operação resultou em um impacto operacional positivo para a Companhia de R$416.577 (nota 27) e um resultado positivo antes do imposto de renda e contribuição social de R$536.283.

Com a conclusão da Operação em 2 de julho de 2021, o controle acionário da FiBrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefónica 50% (25% para a Companhia e 25% para a TEF Infra).

Alienação de participação acionária na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil ("CloudCo Brasil")

A Companhia, na forma e para os fins da ICVM 358, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Reunião realizada em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, na mesma data, do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil"), para a Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), controlada indireta da Telefónica S.A. ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia, em parceria com a TC&CT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a CloudCo Brasil, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.

A Operação assegura, ainda, que a Companhia continue liderando o relacionamento com os clientes finais, na medida em que inclui a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a Companhia atuará como canal de vendas exclusivo da CloudCo Brasil.

Esta Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 e do CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A CloudCo Brasil era controlada pela Companhia, que detinha 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil

Eventos	R$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21 (2)	(5.523)
Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil em 02/08/21, antes do *closing*	**22.477**
Subscrição de capital pela TC&CT (3)	76.000
Ajuste ao valor presente do aumento de capital a integralizar pelo TC&CT (4)	(3.109)
Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil em 02/08/21, após o *closing*	**95.368**

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias (nota 12).

(2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Subscrição de capital realizado pela TC&CT com recursos, com a emissão de 190.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da CloudCo Brasil por um preço de emissão total de R$76.000, sendo R$25.000 integralizado no *closing* e R$51.000 em parcelas até janeiro de 2023.

(4) Ajuste ao valor presente do aumento de capital a integralizar pela TC&CT.

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21	(5.523)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Investimento na CloudCo Brasil em 02/08/21, após o *closing*	**47.694**

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias (nota 12).

(2) Baixas do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (notas 12 e 24.b).

(3) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (notas 12 e 24.b).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TC&CT (1)	19.260
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Imposto de renda de contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TC&CT	(4.616)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (4)	(12.871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	4.377
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o *closing* (nota 24.b)	**31.367**

(1) Refere-se à alienação de participação acionária da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações ordinárias, recebida à vista na data do *closing* (nota 12).

(2) Refere-se à baixa do custo contábil do investimento detidos pela Companhia na CloudCo Brasil (nota 12).

(3) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil (nota 12).

(4) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Com a conclusão da Operação, a partir de 2 de agosto de 2021, a CloudCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&CT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TC&CT no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

Alienação de participação acionária na Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")

A Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião realizada em 1º de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, na mesma data, do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil") para a Telefónica IoT & Big Data Tech, S.A. ("TI&BDT"), controlada indireta da Telefónica S.A. ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia, em parceria com a TI&BDT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT* e *Big Data* para B2B, visando alavancar seu posicionamento com soluções e plataformas globais e capturar oportunidade de crescimento desses negócios.

A Operação assegura, ainda, que a Companhia continue liderando o relacionamento com os clientes finais, na medida em que inclui a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a Companhia atuará como canal de vendas exclusivo da IoTCo Brasil.

A Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas de órgãos internos da Companhia e não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.
A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 e do CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A IoTCo Brasil era controlada pela Companhia, que detinha 500.200 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da IoTCo Brasil

Eventos	R$ mil
Subscrição de capital pela TI&BDT (1)	94.943
Ajuste ao valor presente do aumento de capital a integralizar pelo TI&BDT (2)	(12.255)
Patrimônio Líquido da IoTCo Brasil em 01/11/21, após o closing	**82.688**

(1) Subscrição de capital realizado pela TI&BDT com recursos, com a emissão de 499.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da IoTCo Brasil por um preço de emissão total de R$94.943, sendo R$20.000 integralizado no *closing* e R$74.943 em parcelas até outubro de 2024.

(2) Ajuste ao valor presente do aumento de capital a integralizar pela TI&BDT.

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R$ mil
Remensuração da variação da participação acionária (1)	41.352
Investimento na IoTCo Brasil em 01/11/21, após o *closing*	**41.352**

(1) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TI&BDT na IoTCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (notas 12 e 24.b).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TI&BDT (1)	19
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TI&BDT	(6)
Remensuração da variação da participação acionária (2)	41.352
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(10.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	3.463
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o *closing*	**34.644**

(1) Refere-se à alienação da participação acionária da Companhia na IoTCo Brasil, referente a 100 ações, recebida à vista na data do *closing* (nota 12).

(2) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TI&BDT na IoTCo Brasil (nota 12).

(3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2021, a IoTCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TI&BDT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TI&BDT no âmbito da IoTCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

d) <u>Assinatura do contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre Oi Móvel S.A. e a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A.</u>

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da ICVM 358, conforme alterada, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados anteriormente, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de janeiro de 2021, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), por e entre Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedora; a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A., na qualidade de Compradoras e a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de intervenientes-anuentes e garantidoras das obrigações da Vendedora. O Contrato foi assinado em decorrência do resultado do procedimento competitivo de alienação dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), em leilão judicial ocorrido em 14 de dezembro de 2020 em que a Companhia e as demais compradoras foram declaradas vencedoras.

A efetivação da aquisição pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das Compradoras adquirirá ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos da UPI Ativos Móveis. A efetivação da aquisição também está sujeita a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e previstas no Contrato, dentre as quais a anuência prévia da ANATEL e aprovação pelo CADE, bem como, se aplicável, a submissão à assembleia geral de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., caso em que informações adicionais serão divulgadas oportunamente.

O preço total da transação, aplicável às três adquirentes em conjunto (Companhia, TIM e Claro), é composto pelos seguintes valores: (i) preço-base de R$15,7 bilhões sujeito a ajuste de preço; (ii) R$756 milhões referente ao valor presente do preço de aquisição dos serviços de transição; e (iii) R$819 milhões referente ao valor presente do Contrato de Fornecimento de Capacidade de Transmissão de Sinais de Telecomunicações em Regime de Exploração Industrial. Esta transação será contabilizada pelo método de aquisição previsto na IFRS3/CPC15.

Esta transação, a partir de sua concretização, trará benefícios aos acionistas da Companhia através de geração de receitas e eficiências em virtude de sinergias operacionais, bem como aos seus clientes, em decorrência do compromisso da Companhia com a excelência na qualidade do serviço prestado e, finalmente, ao setor como um todo em razão do reforço na capacidade de realizar investimentos e criar inovações tecnológicas de maneira sustentável, contribuindo para a digitalização do país. A aquisição pela Companhia de parcela da UPI Ativos Móveis representa mais um importante passo no propósito da Companhia, de digitalizar para aproximar.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7/CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2022.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Bases de consolidação

A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas em controladas e de controle conjunto.

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações sobre as investidas estão apresentadas na nota 12.

e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2: Making Materiality Judgements* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 5); imposto de renda e contribuição social (nota 8); imobilizado (nota 13); intangível (nota 14); provisões e contingências (nota 20); receita operacional líquida (nota 25); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 32).

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Caixa e contas bancárias (1)	98.937	190.238	103.541	191.975
Aplicações financeiras (2)	6.088.423	5.327.116	6.344.942	5.570.106
Total	**6.187.360**	**5.517.354**	**6.448.483**	**5.762.081**

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos da controladora e consolidado, incluíam os montantes de R$66.682 e R$47.313, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefónica (nota 29).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 100,17% do CDI (100,39% em 31 de dezembro de 2020).

4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significante risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fundo de investimentos - FDIC (1)	30.109	-	30.109	-
Garantia a processos judiciais (2)	37.044	46.051	37.238	46.280
Total	**67.153**	**46.051**	**67.347**	**46.280**
Circulante	30.109	-	30.109	-
Não circulante	37.044	46.051	37.238	46.280

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 20).

5) CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards,* acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Valores faturados	7.609.896	7.616.696	7.647.516	7.611.858
Valores a faturar (1)	2.274.911	2.169.198	2.304.402	2.191.331
Valores de interconexão (2)	697.462	724.633	698.361	724.630
FIDC Vivo Money	-	-	25.071	1.975
Valores com partes relacionadas (nota 29)	94.133	93.630	67.137	105.349
Contas a receber, bruto	**10.676.402**	**10.604.157**	**10.742.487**	**10.635.143**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.141.423)	(2.049.475)	(2.171.336)	(2.072.578)
Contas a receber, líquido	**8.534.979**	**8.554.682**	**8.571.151**	**8.562.565**
Circulante	8.064.097	8.174.784	8.100.269	8.182.667
Não circulante	470.882	379.898	470.882	379.898

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações (Nota 32(f)6).

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Parcela da revenda de mercadorias B2B - 24 meses	258.751	159.075
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	29.527	59.813
Produto Vivo TECH (1)	415.653	348.086
Valor nominal a receber	**703.931**	**566.974**
Receita financeira não realizada	(62.464)	(34.504)
Valor presente a receber	**641.467**	**532.470**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(170.585)	(152.572)
Valor líquido a receber	**470.882**	**379.898**

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.

Não havia cliente que representasse mais de 10% do contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
A vencer (1)	7.011.357	6.763.482	7.133.696	6.798.420
Vencidas – 1 a 30 dias	856.384	872.050	827.709	870.551
Vencidas – 31 a 60 dias	255.158	227.406	259.641	228.074
Vencidas – 61 a 90 dias	89.594	139.476	88.219	142.788
Vencidas – 91 a 120 dias	112.983	157.024	117.612	157.105
Vencidas – mais de 120 dias	209.503	395.244	144.274	365.627
Total	**8.534.979**	**8.554.682**	**8.571.151**	**8.562.565**

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

d) Movimentação dos ativos contratuais

	Controladora e Consolidado		
	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido
Saldos em 31.12.19	**269.508**	**(46.194)**	**223.314**
Ingressos	444.284	-	444.284
Baixas	(510.215)	11.300	(498.915)
Saldos em 31.12.20	**203.577**	**(34.894)**	**168.683**
Ingressos	417.765	-	417.765
Baixas	(442.741)	3.403	(439.338)
Saldos em 31.12.21	**178.601**	**(31.491)**	**147.110**

e) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.19	**(1.616.698)**	**(1.644.797)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	(1.734.646)	(1.740.358)
Baixas	1.301.869	1.312.577
Saldo em 31.12.20	**(2.049.475)**	**(2.072.578)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	(1.425.772)	(1.436.288)
Baixas	1.333.824	1.337.530
Saldo em 31.12.21	**(2.141.423)**	**(2.171.336)**

6) ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 26).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Materiais para revenda	575.059	584.062	583.165	590.706
Materiais para consumo	65.282	35.939	67.278	37.156
Outros estoques	38.153	34.898	38.363	35.109
Estoques, bruto	**678.494**	**654.899**	**688.806**	**662.971**
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(45.980)	(28.063)	(48.981)	(29.871)
Estoques, líquido	**632.514**	**626.836**	**639.825**	**633.100**

7) DESPESAS ANTECIPADAS

a) Política contábil

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

Inclui os montantes dos custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (comissões de vendas).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Custos incrementais (contratos com clientes)	766.730	480.909	766.730	480.909
Propaganda e publicidade	215.508	275.083	215.508	275.083
Aluguéis	43.465	61.559	43.465	61.559
Manutenção de *software* e redes	145.234	79.524	145.568	80.151
Encargos financeiros	18.251	22.175	18.251	22.175
Pessoal	70.173	-	71.038	-
Seguros	14.708	15.383	14.772	15.503
Satélites e *links*	148.113	102.851	148.113	102.851
Outras despesas antecipadas	24.867	15.241	25.248	16.046
Total	**1.447.049**	**1.052.725**	**1.448.693**	**1.054.277**
Circulante	1.004.786	858.257	1.006.425	859.766
Não circulante	442.263	194.468	442.268	194.511

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto de renda	341.078	479.886	344.856	483.452
Contribuição social	38.364	34.696	40.222	35.825
Total	**379.442**	**514.582**	**385.078**	**519.277**
Circulante	376.750	514.582	382.386	519.277
Não circulante	2.692	-	2.692	-

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Imposto de renda	74.077	72.982	75.980	74.190
Contribuição social	23.591	23.270	24.756	23.755
Total	**97.668**	**96.252**	**100.736**	**97.945**
Circulante	-	-	3.068	1.693
Não circulante	97.668	96.252	97.668	96.252

Os montantes não circulantes de R$97.668 e R$96.252, registrados na controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 8.g).

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir, apresentamos os principais componentes do imposto de renda (“IR”) e da contribuição social (“CS”) diferidos.

	Controladora								
	Saldos em 31.12.19	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (3)	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (3)	Saldos em 31.12.21
Ativo (passivo) diferido									
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	**1.368.597**	**14.373**	**-**	**-**	**1.382.970**	**1.366.532**	**-**	**-**	**2.749.502**
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	**(4.515.050)**	**(1.158.319)**	**(103.363)**	**(20.778)**	**(5.797.510)**	**(996.198)**	**(135.677)**	**7.839**	**(6.921.546)**
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.651.306	102.166	-	-	1.753.472	287.143	-	-	2.040.615
Fornecedores e outras provisões	517.511	262.218	-	-	779.729	342.638	-	-	1.122.367
Carteira de clientes e marcas	98.078	(132.249)	-	-	(34.171)	(202.747)	-	-	(236.918)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	473.409	114.300	-	-	587.709	17.112	-	-	604.821
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	(9.343)	-	-	173.656	(48.438)	-	-	125.218
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.291	38.614	(105.349)	-	320.556	31.158	(133.897)	-	217.817
Participação nos resultados	119.159	13.918	-	-	133.077	29.160	-	-	162.237
Licença	(2.069.544)	(216.330)	-	-	(2.285.874)	(396.047)	-	-	(2.681.921)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(5.603.708)	(1.002.768)	-	-	(6.606.476)	(641.954)	-	7.840	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(453.073)	-	-	(741.524)	(147.909)	-	-	(889.433)
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	5.844	-	-	(18.721)	5.628	-	-	(13.093)
Sobre outras diferenças temporárias	41.465	118.384	1.986	(20.778)	141.057	(271.943)	(1.780)	-	(132.666)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	**(3.146.453)**	**(1.143.946)**	**(103.363)**	**(20.778)**	**(4.414.540)**	**370.333**	**(135.677)**	**7.840**	**(4.172.044)**
Ativo fiscal diferido	**5.377.539**				**5.913.243**				**7.776.401**
Passivo fiscal diferido	**(8.523.992)**				**(10.327.783)**				**(11.948.445)**
(Passivo) fiscal diferido, liquido	**(3.146.453)**				**(4.414.540)**				**(4.172.044)**
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:									
(Passivo) fiscal diferido	**(3.146.453)**				**(4.414.540)**				**(4.172.044)**

	Consolidado									
	Saldos em 31.12.19	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (3)	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (3)	Outros	Saldos em 31.12.21
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	**1.479.836**	**(17.338)**	**-**	**-**	**1.462.498**	**1.351.213**	**-**	**-**	**(921)**	**2.812.790**
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	**(4.455.247)**	**(1.158.942)**	**(103.430)**	**(20.778)**	**(5.738.397)**	**(996.723)**	**(135.805)**	**7.839**	**-**	**(6.863.086)**
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.690.591	101.826	-	-	1.792.417	287.153	-	-	-	2.079.570
Fornecedores e outras provisões	531.341	262.080	-	-	793.421	341.521	-	-	-	1.134.942
Carteira de clientes e marcas	98.078	(132.249)	-	-	(34.171)	(202.747)	-	-	-	(236.918)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	478.630	114.300	-	-	592.930	17.402	-	-	-	610.332
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	(9.343)	-	-	173.656	(48.438)	-	-	-	125.218
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.507	38.641	(105.416)	-	320.732	31.187	(134.025)	-	-	217.894
Participação nos resultados	119.994	13.919	-	-	133.913	29.355	-	-	-	163.268
Licença	(2.069.544)	(216.330)	-	-	(2.285.874)	(396.047)	-	-	-	(2.681.921)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(5.603.708)	(1.002.768)	-	-	(6.606.476)	(641.954)	-	7.840	-	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(453.073)	-	-	(741.524)	(147.909)	-	-	-	(889.433)
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	5.844	-	-	(18.721)	5.628	-	-	-	(13.093)
Sobre outras diferenças temporárias	41.881	118.211	1.986	(20.778)	141.300	(271.875)	(1.780)	-	-	(132.355)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	**(2.975.411)**	**(1.176.280)**	**(103.430)**	**(20.778)**	**(4.275.899)**	**354.489**	**(135.805)**	**7.840**	**(921)**	**(4.050.296)**
Ativo fiscal diferido	**5.548.581**				**6.051.884**					**7.898.149**
Passivo fiscal diferido	**(8.523.992)**				**(10.327.783)**					**(11.948.445)**
(Passivo) fiscal diferido, líquido	**(2.975.411)**				**(4.275.899)**					**(4.050.296)**
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										
Ativo fiscal diferido de controladas	**171.042**				**138.641**					**121.748**
(Passivo) fiscal diferido	**(3.146.453)**				**(4.414.540)**					**(4.172.044)**

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

(3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes das operações de aquisição e alienação da CyberCo Brasil em 2020 e das operações de alienação da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021 (nota 1.c).

Em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Recicla V (antiga Innoweb), TGLog e TIS) no montante de R$71.126 (R$68.783 em 31 de dezembro de 2020), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização deles.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2022	2.223.017	2.265.341
2023	428.123	454.739
2024	455.912	484.855
2025	541.216	547.077
2026	500.033	505.915
2027 em diante	(8.320.345)	(8.308.223)
Total	**(4.172.044)**	**(4.050.296)**

f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

A seguir apresentamos as reconciliações da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos tributos	5.919.502	5.902.914	5.959.529	6.008.234
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(2.012.631)	(2.006.991)	(2.026.240)	(2.042.800)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	52.612	61.419	39.869	250
Juros sobre o capital próprio prescritos	(38.311)	(16.699)	(38.311)	(16.699)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(86.609)	(86.412)	(87.115)	(84.988)
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	929.900	894.200	929.900	894.200
IR e CS sobre juros atualização SELIC de indébitos (nota 8.h)	1.407.523	-	1.407.523	-
Outras	67.378	22.096	44.202	12.330
Crédito (débito) tributário	**319.862**	**(1.132.387)**	**269.828**	**(1.237.707)**
Taxa efetiva	-5,4%	19,2%	-4,5%	20,6%
IR e CS correntes	(50.471)	11.559	(84.661)	(61.427)
IR e CS diferidos	370.333	(1.143.946)	354.489	(1.176.280)

g) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R$18.176.115 em 31 de dezembro de 2021 (R$16.969.554 em 31 de dezembro de 2020). A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R$97.668 em 31 de dezembro de 2021 (R$96.252 em 31 de dezembro de 2020), em relação a essas ações. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

h) Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre Recurso Extraordinário sobre incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos em repetição de indébito tributário

Em 8 de julho de 2020, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5012373-88.2020.4.03.6100 com o objetivo da concessão de segurança para reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em primeira instância a decisão foi contrária à Companhia, sendo que em 8 de outubro de 2021 foi interposto Recurso de Apelação em face da referida decisão, ainda não julgado.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito tributário, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança citado anteriormente. Neste julgamento, foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 30 de setembro de 2021, foi publicada a Ata de Julgamento e, em 16 de dezembro de 2021, foi publicada a íntegra da decisão.

Considerando os efeitos da repercussão geral, a Companhia realizou uma avaliação que consistiu na capacidade de demonstrar e testar a recuperabilidade do ativo fiscal diferido e para isso se fez necessário reprocessar apurações de anos anteriores de prejuízos fiscais e, consequentemente, a elaboração de projeções futuras de rentabilidade/lucratividade do negócio. Em decorrência destas avaliações, em 2021 a Companhia reconheceu o montante de R$1.407.523, sendo R$1.405.565 nos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e R$1.958 nos ativos de imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida a um crédito no resultado de imposto de renda e contribuição social.

9) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
ICMS (1)	2.893.823	3.013.105	2.895.375	3.014.540
PIS e COFINS (2)	1.881.357	126.442	1.885.486	128.489
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	152.532	84.540	156.322	87.134
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	117.564	105.291	119.858	106.454
Total	**5.045.276**	**3.329.378**	**5.057.041**	**3.336.617**
Circulante	3.704.407	2.505.056	3.716.169	2.512.293
Não circulante	1.340.869	824.322	1.340.872	824.324

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R$578.290 e R$541.941 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

(2) A Companhia possui dois processos judiciais sobre o reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (incluindo processo da sociedade que já foi incorporada - Telemig), que abrangem diversos períodos entre fevereiro de 2002 e dezembro de 2019. Em 13 de maio de 2021 o STF proferiu decisão para o *Leading Case* sobre a matéria RE 574706. Um dos processos transitou em julgado em 25 de junho de 2021 e o outro ainda está pendente de decisão final, sendo certo que seguirá a decisão proferida pelo STF. Em decorrência da decisão, a Companhia reconheceu em 2021 o montante de R$2.269.391, com o montante de R$1.660.295 foi reconhecido como outras receitas operacionais (nota 27) e R$609.096 como receitas financeiras (nota 28). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no ativo circulante era de R$1.579.117.

(3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Depósitos judiciais				
Tributário	1.348.778	1.303.809	1.505.103	1.453.939
Cível	833.894	949.204	836.043	951.905
Trabalhista	175.136	235.757	180.443	241.455
Regulatório	283.933	266.647	283.933	266.647
Total	**2.641.741**	**2.755.417**	**2.805.522**	**2.913.946**
Bloqueios judiciais	24.556	29.205	25.656	30.432
Total	**2.666.297**	**2.784.622**	**2.831.178**	**2.944.378**
Circulante	105.876	176.242	106.963	177.433
Não circulante	2.560.421	2.608.380	2.724.215	2.766.945

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
Tributos	31.12.21	31.12.20
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”) (1)	535.118	525.563
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”) (2)	358.916	331.086
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (“CIDE”) (3)	294.724	289.924
Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”)	76.832	58.300
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	54.072	92.849
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)	47.713	46.830
Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	44.889	33.540
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) e Verbas para Terceiros (“INSS”)	20.837	18.880
Outros impostos, taxas e contribuições	72.002	56.967
Total	**1.505.103**	**1.453.939**

(1) A Companhia e/ou controladas ingressaram com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas e receitas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6° da Lei nº 9.998/2000. Os valores relativos às despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada estão depositados.

(2) A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS em operações com recolhimento por estimativa; (ii) ICMS FECP; (iii) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (iv) ICMS sobre valores dados a título de descontos e (v) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura.

(3) A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Créditos com partes relacionadas (nota 29) (1)	551.257	70.833	666.288	72.835
Alienação de imóveis e outros valores a receber	230.486	209.908	230.486	209.908
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 31.c) (2)	95.107	165.009	95.151	165.062
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.578	114.809	79.850	117.033
Bônus de subscrição (nota 1.c)	60.192	-	60.192	-
Outros valores a realizar	30.719	27.684	31.050	27.765
Total	**1.040.339**	**588.243**	**1.163.017**	**592.603**
Circulante	530.425	404.243	623.088	408.349
Não circulante	509.914	184.000	539.929	184.254

(1) Em 31 de dezembro de 2021 inclui o montante de R$559.499 decorrente das operações descritas na nota 1.c), sendo: (i) R$446.317 a receber pela Companhia da TEF Infra, em até 3 anos; (ii) R$49.286 a receber pela CloudCo Brasil da TC&CT em até 18 meses; e (iii) R$63.896 a receber pela IoTCo Brasil da TI&BDT em até 3 anos.

(2) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui os montantes de R$90.538 e R$158.959, respectivamente, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A.

12) INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações patrimoniais ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 24.e).

b) Informações das investidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

		Participação	
Investidas	**Tipo de investimento**	**31.12.21**	**31.12.20**
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	100,00%
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog")	Controlada	100,00%	99,99%
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	100,00%	99,99%
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money")	Controlada	100,00%	100,00%
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil")	Controlada	50,01%	-
Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")	Controlada	50,01%	-
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada conjunto	50,00%	50,00%
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada conjunto	50,00%	50,00%
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada conjunto	50,00%	50,00%
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil")	Controlada conjunto	25,00%	-

Terra Networks: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades o desenvolvimento, produção, instalação e manutenção de sistemas de informática; consultoria, assistência operacional, treinamento em informática; comercialização de produtos, sistemas de informática, licença de *software* e aplicativos; importação e exportação de serviços, licenças, produtos e de sistemas de informática; cessão de espaço para inserção de publicidade ou material publicitário em geral; provimento de acesso via *internet*; serviços e atividades relativos à distribuição de produtos e comércio eletrônico; comercialização, distribuição, licenciamento de conteúdos digitais; desenvolvimento e disponibilização de portais e páginas de conteúdo na *internet*; entre outras.

A Terra Networks é a controladora integral e direta da Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. ("TIS"), sociedade com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração e fornecimento de serviços e atividades de segurança, telecomunicações e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação, entre outras.

TGLog: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades a prestação de serviços na atividade de transporte multimodal de produtos em geral; atividades de logística; administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional; locação de equipamentos e armazenamento de mercadorias de terceiros; entre outras.

POP: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes; prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; comércio de *software*, *hardware*, entre outras.

A POP é a controladora direta da Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda. ("Recicla V", anteriormente Innoweb Ltda), com sede no Brasil, tendo como principais atividades a compra e venda de sucata de materiais de cobre, alumínio, chumbo, ferro e outros materiais; a venda de cobre puro (produzido a partir de processos industriais que segreguem o cobre dos demais materiais que compõe a sucata de cabos e/ou fios telefônicos); a compra e venda de materiais novos de cabos metálicos e óticos, miscelâneos de instalação de equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos, entre outras.

Vivo Money: Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil. É um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC") estruturado pela Companhia, para a aquisição dos direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros com origem em operações de crédito realizadas eletronicamente por clientes da Companhia, no âmbito do programa Vivo Money, exclusivamente mediante plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia.

CloudCo Brasil: Controlada direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, *outsourcing*; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em equipamentos de rede, informática e tecnologia da informação e comunicação ("TIC"), entre outras.

IoTCo Brasil: Controlada direta da Companhia, com sede no Brasil, tem como principais atividades a exploração de soluções integradas, gestão, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração de projetos, *outsourcing* e prestação de serviços relacionados à *internet* das coisas, TIC, inovação e *Big Data*, Inteligência Artificial e *Blockchain*; a exploração de serviços de *marketing* e publicidade e consultoria; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática; importação, exportação e locação de máquinas, equipamentos, materiais e demais bens e serviços necessários ou úteis à exploração das suas atividades; desenvolvimento, licenciamento e sublicenciamento de *softwares* ou aplicativos de qualquer natureza (próprios ou de terceiros); prestação de serviços de monitoramento, administração e gerenciamento de segurança lógica, entre outras.

Aliança: Empresa com controle conjunto, com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

FiBrasil: Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 25% da Companhia, tendo como principal atividade a exploração de serviços de telecomunicações abrangendo a disponibilização de infraestrutura de rede neutra de fibra óptica no atacado; importação, exportação, comercialização, comodato e locação de máquinas, equipamentos, materiais e demais bens e serviços necessários ou úteis à exploração das atividades desenvolvidas; prestação de serviços de consultoria relacionadas às atividades desenvolvidas; prestação de serviços de elaboração, implantação e instalação de projetos; gestão e prestação de serviços de engenharia e execução de obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos, entre outras.

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas diretas nas quais a Companhia possui participação.

Balanços patrimoniais

	31.12.21									
	Controladas						Controle conjunto			
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FiBrasil	ACT	AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**50,01%**	**50,01%**	**100,00%**	**25,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**50,00%**
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	208.515	44.790	32.908	136.709	58.336	70.852	834.779	46	38.746	274.362
Ativo não circulante	238.597	9.749	-	8.871	31.222	54.149	709.588	-	7.840	-
Total do ativo	**447.112**	**54.539**	**32.908**	**145.580**	**89.558**	**125.001**	**1.544.367**	**46**	**46.586**	**274.362**
Passivo circulante	175.823	32.557	135	65.504	8.373	3.682	195.460	8	7.443	410
Passivo não circulante	115.769	8.411	-	3.231	-	51.497	674.929	-	20.429	-
Patrimônio líquido	155.520	13.571	32.773	76.845	81.185	69.822	673.978	38	18.714	273.952
Total do passivo e patrimônio líquido	**447.112**	**54.539**	**32.908**	**145.580**	**89.558**	**125.001**	**1.544.367**	**46**	**46.586**	**274.362**

	31.12.20						
	Controladas				Controle conjunto		
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	POP Consolidada	ACT	AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	**100,00%**	**99,99%**	**100,00%**	**99,99%**	**50,00%**	**50,00%**	**50,00%**
Resumo do Balanco Patrimonial:							
Ativo circulante	322.248	29.453	4.067	68.753	33	31.263	270.222
Ativo não circulante	256.440	9.196	-	55.500	-	10.426	-
Total do ativo	**578.688**	**38.649**	**4.067**	**124.253**	**33**	**41.689**	**270.222**
Passivo circulante	211.936	17.396	35	7.970	5	6.272	267
Passivo não circulante	116.135	9.560	-	48.506	-	18.090	-
Patrimônio líquido	250.617	11.693	4.032	67.777	28	17.327	269.955
Total do passivo e patrimônio líquido	**578.688**	**38.649**	**4.067**	**124.253**	**33**	**41.689**	**270.222**

Demonstrações de resultados

	2021										
	Controladas							Controle conjunto			
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	FiBrasil	FiBrasil	ACT	AIX	Aliança
Receita operacional líquida	355.345	87.701	-	44.940	2.546	10.381	-	55.385	104	55.872	-
Custos e receitas (despesas) operacionais	(266.241)	(85.840)	2.637	(67.126)	(5.341)	(4.927)	(2.710)	(90.193)	(92)	(53.881)	6.363
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	526	(693)	104	1.995	1.409	2.798	-	(9.118)	-	146	6
Imposto de renda e contribuição social	(40.046)	(737)	-	(3.848)	(117)	(6.207)	921	11.462	(2)	(750)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**49.584**	**431**	**2.741**	**(24.039)**	**(1.503)**	**2.045**	**(1.789)**	**(32.464)**	**10**	**1.387**	**6.369**

	2020							
	Controladas					Controle conjunto		
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	CyberCo Brasil	POP Consolidada	ACT	AIX	Aliança
Receita operacional líquida	600.888	55.373	-	-	18.984	104	45.789	-
Custos e receitas (despesas) operacionais	(322.456)	(54.428)	73	(134)	(17.188)	(91)	(45.758)	1.254
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	3.109	(476)	(41)	(2)	1.528	-	673	35
Imposto de renda e contribuição social	(104.065)	-	-	-	(1.255)	(1)	(537)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**177.476**	**469**	**32**	**(136)**	**2.069**	**12**	**167**	**1.289**

c) Movimentação dos investimentos

	Controladas							Controle conjunto			
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	CloudCo Brasil	CyberCo Brasil	IoTCo Brasil	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT / FiBrasil	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.19	**334.602**	**11.952**	**-**	**-**	**-**	**-**	**65.708**	**103.913**	**338**	**516.513**	**104.251**
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.000	-	7.000	-	-	-	-	11.000	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14)	-	-	-	-	19.008	-	-	-	-	19.008	-
Transações de capital na alienação da CyberCo Brasil para a Companhia (nota 1.c)	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-
Transações de capital, efeitos no Terra, na alienação da CyberCo Brasil para a TTech (nota 1.c)	1.576	-	-	-	-	-	-	-	-	1.576	-
Resultado de equivalência patrimonial	177.476	469	32	-	(136)	-	2.069	734	-	180.644	734
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(263.766)	-	-	-	-	-	-	-	-	(263.766)	-
Outros resultados abrangentes	723	(728)	-	-	-	-	-	39.008	440	39.443	39.448
Alienação de investimentos (nota 1.c)	-	-	-	-	(25.872)	-	-	-	-	(25.872)	-
Saldos em 31.12.20	**250.617**	**11.693**	**4.032**	**-**	**-**	**-**	**67.777**	**143.655**	**778**	**478.552**	**144.433**
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	49.584	431	2.741	(14.782)	-	(752)	2.045	(6.021)	-	33.246	(4.233)
Resultado de equivalência patrimonial pela remensuração da participação acionária (nota 1.c)	-	-	-	-	-	-	-	80.400	-	80.400	80.400
Resultado de equivalência patrimonial pelo valor justo da remensuração da participação acionária (nota 1.c)	-	-	-	-	-	-	-	41.095	-	41.095	41.095
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(146.226)	-	-	-	-	-	-	-	-	(146.226)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	26.000	28.000	-	-	-	-	-	54.000	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14)	-	-	-	-	-	-	-	229.961	-	229.961	229.961
Baixa por alienação de investimentos (nota 1.c)	-	-	-	(5.683)	-	-	-	(134.144)	-	(139.827)	(134.144)
Remensuração da participação acionária (nota 1.c)	-	-	-	30.900	-	41.352	-	-	-	72.252	-
Transações de capital	4	-	-	-	-	-	-	2.182	-	2.186	2.182
Resultado de controlada FiBrasil antes da alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.789)
Outros resultados abrangentes	1.541	1.447	-	(4)	-	-	-	(1.186)	(429)	1.369	(1.615)
Saldos em 31.12.21	**155.520**	**13.571**	**32.773**	**38.431**	**-**	**40.600**	**69.822**	**355.942**	**349**	**707.008**	**356.290**

13) IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar (nota 9), e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo (nota 21.a), quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 20) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos imobilizados estão apresentadas na nota 15.a).

c) Descrição, composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado e suas movimentações:

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.

- Equipamentos terminais: compreendem centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.

- Equipamentos em comodato: compreendem aparelhos celulares e *modens* na modalidade de comodato.

- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.

- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	**22.727.927**	**817.111**	**4.082.160**	**11.717.821**	**278.512**	**813.449**	**2.394.389**	**42.831.369**
Adições	78.025	42	77.859	4.514.770	-	192.266	5.680.608	10.543.570
Baixas líquidas (1)	1.832	(61)	(103)	(306.411)	(5.483)	(2.418)	(15.096)	(327.740)
Transferências líquidas	2.539.727	460.522	2.131.885	341.553	-	20.860	(5.682.723)	(188.176)
Subarrendamento	-	-	-	(2.115)	-	-	-	(2.115)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	(685)	-	-	-	-	(15.553)	-	(16.238)
Depreciação (nota 26)	(2.923.489)	(360.774)	(2.213.966)	(2.730.335)	-	(276.311)	-	(8.504.875)
Saldo em 31.12.20	**22.423.337**	**916.840**	**4.077.835**	**13.535.283**	**273.029**	**732.293**	**2.377.178**	**44.335.795**
Adições	427.277	-	107.961	2.792.660	-	154.945	6.301.773	9.784.616
Baixas líquidas (1)	14.120	(96)	87.079	(260.653)	(5.183)	490	(44.203)	(208.446)
Transferências líquidas	3.361.667	571.986	2.259.382	609.591	(900)	26.134	(6.958.353)	(130.493)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
Bens destinados à venda (2)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 26)	(3.417.261)	(443.210)	(2.168.502)	(2.798.257)	-	(274.442)	-	(9.101.672)
Saldo em 31.12.21	**22.658.889**	**1.031.313**	**4.330.107**	**13.793.321**	**266.946**	**639.045**	**1.668.051**	**44.387.672**
Em 31.12.20								
Custo	78.436.193	5.927.786	22.784.054	30.607.476	273.029	5.217.044	2.377.178	145.622.760
Depreciação acumulada	(56.012.856)	(5.010.946)	(18.706.219)	(17.072.193)	-	(4.484.751)	-	(101.286.965)
Total	**22.423.337**	**916.840**	**4.077.835**	**13.535.283**	**273.029**	**732.293**	**2.377.178**	**44.335.795**
Em 31.12.21								
Custo	81.419.869	6.435.391	25.107.646	34.136.982	266.946	5.369.352	1.668.051	154.404.237
Depreciação acumulada	(58.760.980)	(5.404.078)	(20.777.539)	(20.343.661)	-	(4.730.307)	-	(110.016.565)
Total	**22.658.889**	**1.031.313**	**4.330.107**	**13.793.321**	**266.946**	**639.045**	**1.668.051**	**44.387.672**

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	**22.727.930**	**817.300**	**4.082.160**	**11.719.728**	**278.512**	**826.362**	**2.395.272**	**42.847.264**
Adições	78.053	42	77.859	4.517.747	-	195.449	5.680.707	10.549.857
Baixas líquidas (1)	1.817	(61)	(103)	(306.447)	(5.483)	(2.870)	(15.096)	(328.243)
Transferências líquidas	2.539.729	460.542	2.131.885	341.553	-	20.857	(5.682.742)	(188.176)
Subarrendamento	-	-	-	(2.115)	-	-	-	(2.115)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	(685)	-	-	-	-	(15.553)	-	(16.238)
Depreciação (nota 26)	(2.923.507)	(360.796)	(2.213.966)	(2.731.627)	-	(279.860)	-	(8.509.756)
Saldo em 31.12.20	**22.423.337**	**917.027**	**4.077.835**	**13.538.839**	**273.029**	**744.385**	**2.378.141**	**44.352.593**
Adições	428.683	45	107.961	2.802.303	-	158.919	6.300.245	9.798.156
Baixas líquidas (1)	15.005	(103)	87.079	(262.311)	(5.183)	(1.360)	(41.863)	(208.736)
Transferências líquidas	3.361.667	571.986	2.259.382	609.681	(900)	28.450	(6.960.941)	(130.675)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
Bens destinados à venda (2)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 26)	(3.417.261)	(443.238)	(2.168.502)	(2.801.303)	-	(280.415)	-	(9.110.719)
Saldo em 31.12.21	**22.661.180**	**1.031.510**	**4.330.107**	**13.801.906**	**266.946**	**649.604**	**1.667.238**	**44.408.491**
Em 31.12.20								
Custo	78.436.218	5.928.603	22.784.054	30.632.690	273.029	5.379.888	2.378.141	145.812.623
Depreciação acumulada	(56.012.881)	(5.011.576)	(18.706.219)	(17.093.851)	-	(4.635.503)	-	(101.460.030)
Total	**22.423.337**	**917.027**	**4.077.835**	**13.538.839**	**273.029**	**744.385**	**2.378.141**	**44.352.593**
Em 31.12.21								
Custo	81.422.233	6.435.959	25.107.646	34.169.915	266.946	5.536.296	1.667.238	154.606.233
Depreciação acumulada	(58.761.053)	(5.404.449)	(20.777.539)	(20.368.009)	-	(4.886.692)	-	(110.197.742)
Total	**22.661.180**	**1.031.510**	**4.330.107**	**13.801.906**	**266.946**	**649.604**	**1.667.238**	**44.408.491**

(1) Em infraestrutura, inclui os montantes de R$245.237 e R$288.603 em 2021 e 2020, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento.

(2) Refere-se ao saldo dos ativos que foram utilizados para a composição societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.c).

d) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado, as quais não indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação.

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, exceto para os ativos de arrendamentos (apresentados na nota 13.e).

Descrição	Controladora / Consolidado
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e *modens)*	25,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%

e) Informações adicionais dos arrendamentos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como estruturas (torres e *rooftops)* e o respectivo terreno onde estão localizadas; *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; equipamentos de informática; escritórios, lojas e imóveis comerciais. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pela IFRS 16.

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.c).

	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Taxa anual de depreciação	**5,00% a 42,90%**	**3,50% a 66,67%**	**20,00% a 38,00%**	
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.19	**346.306**	**8.401.685**	**3.220**	**8.751.211**
Adições	55.904	4.394.809	10.564	4.461.277
Subarrendamento (nota 13.c)	-	(2.115)	-	(2.115)
Depreciação	(43.699)	(2.178.537)	(3.403)	(2.225.639)
Baixa liquida	-	(4.902)	-	(4.902)
Cancelamentos de contratos	(420)	(288.603)	-	(289.023)
Saldo em 31.12.20	**358.091**	**10.322.337**	**10.381**	**10.690.809**
Adições	410.169	2.702.635	590	3.113.394
Subarrendamento (nota 13.c)	-	(64.177)	-	(64.177)
Depreciação	(482.455)	(2.254.000)	(656)	(2.737.111)
Cancelamentos de contratos	(4.893)	(245.237)	-	(250.130)
Saldo em 31.12.21	**280.912**	**10.461.558**	**10.315**	**10.752.785**
Em 31.12.20				
Custo	515.318	14.423.538	127.509	15.066.365
Depreciação acumulada	(157.227)	(4.101.201)	(117.128)	(4.375.556)
Total	**358.091**	**10.322.337**	**10.381**	**10.690.809**
Em 31.12.21				
Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)
Total	**280.912**	**10.461.558**	**10.315**	**10.752.785**

f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R$78.631 (R$85.172 em 31 de dezembro de 2020).

g) Equilíbrio da Concessão

O modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Frente a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural querer um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações. Nesta arbitragem buscaremos, além de outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor.

A arbitragem é considerada um método ágil e tecnicamente adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

h) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

De acordo com a referida Lei, a ANATEL ficará encarregada de estimar, por meio de regulamentação específica, o valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, valor este que será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL, quando então, a depender das condições de tais projetos, a Concessionária optará ou não pela adaptação de regime.

i) Bens reversíveis

O contrato de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, tais como, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral em Regime Público (“RCON”).

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCON, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Refira-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COUN/SCO, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

14) INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

  Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

  Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.a).

c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- *Softwares*: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.

- Carteira de clientes e marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.

- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	*Softwares* em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	**23.059.172**	**3.690.068**	**928.833**	**905.205**	**12.091.821**	**45.654**	**549.979**	**41.270.732**
Adições (1)	-	523.248	-	-	184.300	-	1.173.648	1.881.196
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(12.450)	-	-	-	-	-	(45.193)
Transferências líquidas	-	1.210.647	-	-	-	-	(1.022.471)	188.176
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	-	(2.770)
Amortização (nota 26)	-	(1.419.382)	(295.267)	(84.205)	(914.411)	(3.102)	-	(2.716.367)
Saldo em 31.12.20	**23.026.429**	**3.989.361**	**633.566**	**821.000**	**11.361.710**	**42.552**	**701.156**	**40.575.774**
Adições (1)	-	723.644	-	-	4.496.263	-	1.274.713	6.494.620
Baixas líquidas (2)	(158.161)	(17.035)	-	-	-	-	-	(175.196)
Transferências líquidas	-	1.694.306	-	-	-	-	(1.563.813)	130.493
Bens destinados à venda (3)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.622.537)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.102)	-	(2.925.615)
Saldo em 31.12.21	**22.868.268**	**4.765.729**	**369.238**	**736.794**	**14.906.531**	**39.450**	**412.056**	**44.098.066**
Em 31.12.20								
Custo	23.026.429	19.940.908	4.513.278	1.658.897	20.428.520	269.557	701.156	70.538.745
Amortização acumulada	-	(15.951.547)	(3.879.712)	(837.897)	(9.066.810)	(227.005)	-	(29.962.971)
Total	**23.026.429**	**3.989.361**	**633.566**	**821.000**	**11.361.710**	**42.552**	**701.156**	**40.575.774**
Em 31.12.21								
Custo	22.868.268	22.335.454	4.513.278	1.658.897	24.924.783	269.557	412.056	76.982.293
Amortização acumulada	-	(17.569.725)	(4.144.040)	(922.103)	(10.018.252)	(230.107)	-	(32.884.227)
Total	**22.868.268**	**4.765.729**	**369.238**	**736.794**	**14.906.531**	**39.450**	**412.056**	**44.098.066**

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	*Softwares* em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	**23.059.172**	**3.693.255**	**928.833**	**905.205**	**12.091.821**	**45.730**	**550.936**	**41.274.952**
Adições (1)	-	526.112	-	-	184.300	-	1.174.282	1.884.694
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(12.450)	-	-	-	-	-	(45.193)
Transferências líquidas	-	1.211.314	-	-	-	-	(1.023.138)	188.176
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	-	(2.770)
Amortização (nota 26)	-	(1.420.757)	(295.267)	(84.205)	(914.411)	(3.102)	-	(2.717.742)
Saldo em 31.12.20	**23.026.429**	**3.994.704**	**633.566**	**821.000**	**11.361.710**	**42.628**	**702.080**	**40.582.117**
Adições (1)	-	724.599	-	-	4.496.263	-	1.275.320	6.496.182
Baixas líquidas (2)	(158.161)	(16.884)	-	-	-	-	-	(175.045)
Transferências líquidas	-	1.695.398	-	-	-	-	(1.564.723)	130.675
Bens destinados à venda (3)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.624.532)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.104)	-	(2.927.612)
Saldo em 31.12.21	**22.868.268**	**4.771.275**	**369.238**	**736.794**	**14.906.531**	**39.524**	**412.677**	**44.104.307**
Em 31.12.20								
Custo	23.026.429	20.056.642	4.438.017	1.658.897	20.428.520	269.640	702.080	70.580.225
Amortização acumulada	-	(16.061.938)	(3.804.451)	(837.897)	(9.066.810)	(227.012)	-	(29.998.108)
Total	**23.026.429**	**3.994.704**	**633.566**	**821.000**	**11.361.710**	**42.628**	**702.080**	**40.582.117**
Em 31.12.21								
Custo	22.868.268	22.451.551	4.513.278	1.658.897	24.924.783	269.639	412.677	77.099.093
Amortização acumulada	-	(17.680.276)	(4.144.040)	(922.103)	(10.018.252)	(230.115)	-	(32.994.786)
Total	**22.868.268**	**4.771.275**	**369.238**	**736.794**	**14.906.531**	**39.524**	**412.677**	**44.104.307**

(1) Os ingressos em licenças, ocorridos em 2021 e 2020, referem-se às licenças 5G e às prorrogações das licenças do SMP para o Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, concedidas pela ANATEL (nota 1.b).

(2) As baixas proporcionais do ágio, referem-se às alienações dos investimentos da CyberCo Brasil em 2020 e da FiBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021 (nota 1.c).

(3) Refere-se ao saldo dos ativos que foram utilizados na composição da participação societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.c).

d) Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	Controladora / Consolidado
Softwares	20,00%
Carteira de clientes	12,50%
Marcas	7,70%
Licenças	3,60% a 6,67%
Outros intangíveis	20,00%

15) ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além de que o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, a Companhia define seu negócio como uma única UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- Avaliação do valor em uso dos ativos imobilizados, ágio e intangíveis: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

b) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da receita: baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, IPTV e TI comparadas com os serviços de voz (fixa). As receitas móveis seguem a tendência de mercado, incluindo um novo mix entre pré-pago, pós-pago e controle, migrações de pré-pago para pós e controle, convergência de preços e crescimento em dados e M2M.

- Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo de Capital Médio Ponderado ("CCMP" ou *WACC*). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do negócio é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.

- Taxa de crescimento na perpetuidade: reflete a condição da Companhia de gerar um fluxo de caixa de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade.

c) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir, apresentamos as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Variações nas principais premissas	Em pontos percentuais
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+/- 0,5
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 1,0
Variações operacionais	
Margem da receita	+/- 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2021 e 2020 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

d) Teste de recuperabilidade dos ágios

Anualmente, a Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base no WACC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% a.a. (nominal) em 2021 e 2020.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 12,00% e 11,11%, que antes dos tributos equivalem a 13,64% e 12,54% em 2021 e 2020, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,15% a.a. e 3,5% a.a. em 2021 e 2020, respectivamente.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e 2020, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

a) Política contábil

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações da Telefónica estão descritos na nota 30.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 26).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Encargos e benefícios sociais	370.247	331.952	397.906	350.138
Participação de empregados nos resultados	358.011	278.283	366.451	285.079
Planos de remuneração baseados em ações (nota 30)	108.992	85.559	109.682	86.296
Salários e remunerações	33.091	45.235	35.818	46.495
Total	**870.341**	**741.029**	**909.857**	**768.008**
Circulante	848.819	737.354	888.324	764.329
Não circulante	21.522	3.675	21.533	3.679

17) FORNECEDORES

a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fornecedores diversos (Opex, CaPex, Serviços e Mercadorias)	6.131.924	5.685.956	6.243.614	5.741.208
Partes relacionadas (nota 29)	507.093	568.035	442.747	489.339
Valores a repassar (operadoras, *cobilling*)	217.000	199.562	217.000	199.562
Interconexão / interligação	229.041	182.895	229.041	182.895
Total	**7.085.058**	**6.636.448**	**7.132.402**	**6.613.004**

18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fistel (1)	1.425.048	671.145	1.425.048	671.145
ICMS	1.363.530	812.077	1.416.323	861.464
PIS e COFINS	222.407	217.724	229.481	221.323
Fust e Funttel	87.726	88.088	87.726	88.088
ISS, CIDE e outros tributos	85.856	72.442	97.764	84.772
Total	**3.184.567**	**1.861.476**	**3.256.342**	**1.926.792**
Circulante	1.465.039	1.590.784	1.485.157	1.607.434
Não circulante	1.719.528	270.692	1.771.185	319.358

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2020 e 2021 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, proferidas em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021, respectivamente, estão com o recolhimento suspenso. Em dezembro de 2021, o montante total foi transferido para o não circulante para a adequação do prazo de realização.

19) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Política contábil

a.1) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

a.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber do Terra Networks

	Controladora
Saldo em 31.12.19	**72.900**
Dividendos complementares de 2019	219.397
Recebimento de dividendos	(292.297)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	44.369
Saldo em 31.12.20	**44.369**
Dividendos complementares de 2020	133.830
Recebimento de dividendos	(178.199)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	12.396
Saldo em 31.12.21	**12.396**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

c.1) Composição

	Controladora / Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Telefónica	1.146.019	1.021.474
Telefónica Latinoamérica Holding	927.324	837.113
SP Telecomunicações Participações	757.506	660.012
Telefónica Chile	2.132	1.849
Acionistas não controladores	1.432.734	1.345.550
Total	**4.265.715**	**3.865.998**

c.2) Movimentação

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31.12.19	**3.587.417**
Dividendos complementares de 2019	2.195.575
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos	3.435.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(99.788)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(5.259.367)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	6.661
Saldo em 31.12.20	**3.865.998**
Dividendos complementares de 2020	1.587.518
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos	3.824.750
Prescrição de dividendos e JSCP	(116.236)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(4.901.326)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	5.011
Saldo em 31.12.21	**4.265.715**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

20) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes (*Purchase Price Allocation* - PPA)

Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do PPA gerados na aquisição do controle da VivoPart. em 2011 e da GVTPart. em 2015, relacionados a demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias ao seu valor justo na combinação de negócios.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A obrigação oriunda das provisões pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

c) Informações das provisões e contingências

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

	Controladora						
	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.19	**513.931**	**1.489.379**	**788.343**	**1.145.736**	**831.722**	**635.862**	**5.404.973**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	134.610	122.396	372.783	69.486	(18.631)	(7.306)	673.338
Outras (reversões) (1)	-	-	(2.105)	-	-	(236.598)	(238.703)
Baixas por pagamento	(279.300)	(24.735)	(573.554)	(39.782)	-	-	(917.371)
Atualização monetária	103.939	124.551	278.660	31.891	10.154	15.857	565.052
Saldos em 31.12.20	**473.180**	**1.711.591**	**864.127**	**1.207.331**	**823.245**	**407.815**	**5.487.289**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	205.292	282.450	310.064	542.843	(278.995)	(28.073)	1.033.581
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	(155)	-	-	12.431	12.276
Baixas por pagamento	(313.039)	(118.579)	(646.559)	(20.884)	-	-	(1.099.061)
Atualização monetária (2)	97.961	182.572	398.628	256.954	(55.652)	(14.068)	866.395
Saldos em 31.12.21	**463.394**	**2.058.034**	**926.105**	**1.986.244**	**488.598**	**378.105**	**6.300.480**
Em 31.12.20							
Circulante	173.190	-	179.449	60.055	-	51	412.745
Não circulante	299.990	1.711.591	684.678	1.147.276	823.245	407.764	5.074.544
Em 31.12.21							
Circulante	204.279	-	293.506	200.313	-	-	698.098
Não circulante	259.115	2.058.034	632.599	1.785.931	488.598	378.105	5.602.382

	Consolidado						
	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.19	**547.874**	**1.575.949**	**797.448**	**1.145.736**	**831.722**	**636.689**	**5.535.418**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	126.167	122.419	374.464	69.486	(18.631)	(7.306)	666.599
Outros ingressos (reversões) (1)	6.390	-	(6.020)	-	-	(236.598)	(236.228)
Baixas por pagamento	(287.028)	(24.763)	(575.484)	(39.782)	-	-	(927.057)
Atualização monetária	106.307	125.647	281.543	31.891	10.154	15.857	571.399
Saldos em 31.12.20	**499.710**	**1.799.252**	**871.951**	**1.207.331**	**823.245**	**408.642**	**5.610.131**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	205.540	282.699	313.935	542.843	(278.995)	(28.900)	1.037.122
Outros ingressos (1)	583	-	683	-	-	12.431	13.697
Baixas por pagamento	(319.511)	(118.579)	(652.112)	(20.884)	-	-	(1.111.086)
Atualização monetária (2)	100.633	183.997	401.514	256.954	(55.652)	(14.068)	873.378
Saldos em 31.12.21	**486.955**	**2.147.369**	**935.971**	**1.986.244**	**488.598**	**378.105**	**6.423.242**
Em 31.12.20							
Circulante	176.582	-	180.965	60.055		51	417.653
Não circulante	323.128	1.799.252	690.986	1.147.276	823.245	408.591	5.192.478
Em 31.12.21							
Circulante	206.279	-	295.722	200.313	-	-	702.314
Não circulante	280.676	2.147.369	640.249	1.785.931	488.598	378.105	5.720.928

(1) Provisão para desmantelamento: principalmente pela reversão decorrente da revisão de custos para desmantelamento de *sites* técnicos. Os efeitos desta reversão, foram reconhecidos em contrapartida no ativo imobilizado.

(2) Passivo contingente (PPA) em 2021: principalmente pelos efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões	463.394	473.180	486.955	499.710
Contingências possíveis	1.345.637	1.406.232	1.364.562	1.435.790

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial, adicional de insalubridade ou periculosidade.

c.2) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões	2.058.034	1.711.591	2.147.369	1.799.252
Federais	655.253	534.585	744.588	622.246
Estaduais	842.905	625.019	842.905	625.019
Municipais	36.794	37.506	36.794	37.506
FUST	523.082	514.481	523.082	514.481
Contingências possíveis	29.948.793	28.701.131	30.248.600	29.368.422
Federais	2.927.654	3.228.243	2.964.490	3.257.998
Estaduais	18.927.351	16.835.194	19.163.608	17.447.000
Municipais	610.674	747.425	618.747	754.827
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.483.114	7.890.269	7.501.755	7.908.597

c.2.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/1998; (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vii) INSS sobre terço constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; e (viii) serviços não medidos.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantém discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit"* (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) serviços de publicidade; e (xxi) assinatura mensal, que se encontra no Superior Tribunal Federal ("STF") com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6° da Lei n° 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R$4.694.276 (R$4.399.325 em 31 de dezembro de 2020).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R$790.057 (R$764.655 em 31 de dezembro de 2020).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R$2.017.422 (R$2.744.617 em 31 de dezembro de 2020).

c.3) Provisões e contingências cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisões	926.105	864.127	935.971	871.951
Contingências possíveis	2.107.576	3.358.800	2.119.701	3.374.200

c.3.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021 o montante consolidado provisionado era de R$130.163 (R$290.993 em 31 de dezembro de 2020). A variação entre os períodos decorre, em parte, de acordo entre as partes interessadas.

- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante consolidado provisionado era de R$367.334 (R$240.810 em 31 de dezembro de 2020).

- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2021, o montante consolidado provisionado era de R$438.474 (R$340.148 em 31 de dezembro de 2020).

c.3.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao *"status quo"* anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.

- Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. A Justiça Federal intimou então a PREVIC para se manifestar nos autos e, sucessivamente, às partes. Apresentadas as manifestações, aguarda-se a remessa dos autos à conclusão. O valor é inestimável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno ao acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstivesse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. A perícia foi realizada e, em seguida, o processo foi julgado improcedente. Interpostos recursos de apelação pelas partes, aguarda-se julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em discussões que contestam a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. O pedido do Ministério Público Federal não foi acolhido e os processos estão aguardando julgamento de recurso do Tribunal Regional Federal ("TRF") da 1ª Região.

c.4) Provisões e contingências regulatórias

	Valores envolvidos	
	Controladora / Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.21	31.12.20
Provisões	1.986.244	1.207.331
Contingências possíveis	4.545.365	5.617.806

c.4.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Os principais temas desses processos são a obrigatoriedade do pagamento da onerosidade do serviço móvel (o pagamento, a cada dois anos, referente ao direito de uso do SMP), as obrigações da Companhia relacionados a não observância dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações, o cumprimento dos indicadores de qualidade e o cumprimento das metas constantes do edital do leilão de espectro para cobertura do serviço.

Especificamente em relação ao pagamento de ônus do SMP, existe um contencioso a respeito de quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável sobre o pagamento de aproximadamente R$599 milhões do ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis na ANATEL em 2021 e na justiça com prognóstico improvável de revisão, bem como pelo fato de que a Companhia decidiu recolher prospectivamente tais valores em favor da ANATEL.

c.4.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Litígio a respeito das receitas que devem compor o cálculo do valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP e da concessão do STFC (com exceção das receitas de dados do SMP, como informado no item c.4.1, desta nota). Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como interconexão, receitas auferidas no 15º ano da vigência das licenças e outros, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.

- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R$199.075 como valor principal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores atualizados, acrescidos de juros e correção monetária, alcançaram aproximadamente R$499.415 e R$485.828, respectivamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.

- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico n. 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE e aguarda análise da decisão do Conselho.

21) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E LICENÇAS 5G

a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia e suas controladas não capitalizaram os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e das licenças 5G são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos, financiamentos, debêntures e das licenças 5G compreendem juros e outros custos financeiros incorridos.

b) Informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G

	Consolidado								
	Informações em 31 de dezembro de 2021			31.12.21			31.12.20		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituições financeiras (b.1)				**50**	**4**	**54**	**61**	**51**	**112**
PSI	R$	2,5% a 5,5%	jan-23	50	4	54	61	51	112
Fornecedores (b.2)	**R$**	98,9% a 120,8% do CDI	dez-22	**224.556**	**-**	**224.556**	**375.700**	**-**	**375.700**
Debêntures (b.3)				**1.028.463**	**-**	**1.028.463**	**1.044.668**	**999.908**	**2.044.576**
1ª emissão – Minas Comunica	R$			-	-	-	29.352	-	29.352
5ª emissão	R$	108,25% do CDI	fev-22	1.028.463	-	1.028.463	1.015.316	999.908	2.015.224
Arrendamentos (b.4)	**R$**	8,428 % / IPCA		**2.907.481**	**8.322.618**	**11.230.099**	**2.262.043**	**8.556.735**	**10.818.778**
Licenças 5G (b.5)	**R$**	Selic / IGP-DI		**2.746.342**	**1.704.464**	**4.450.806**	**-**	**-**	**-**
Total				**6.906.892**	**10.027.086**	**16.933.978**	**3.682.472**	**9.556.694**	**13.239.166**

b.1) Empréstimos e financiamentos – instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com instituições financeiras, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas até 31 de dezembro de 2017 foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados.

As subvenções concedidas a partir de 1º de janeiro de 2018, foram ajustadas a valor presente, contabilizadas no ativo fixo e estão sendo depreciadas de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes financiados.

Estes contratos têm como garantia a alienação dos ativos financiados.

b.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI (114,6% a 149,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

b.3) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha ainda vigente a 5ª emissão, ocorrida em fevereiro de 2017, com 200.000 emitidas e em circulação, com o valor total de emissão de R$2.000.000.

Os custos de transação associados a esta debênture, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 era de R$1.082 (R$1.376 em 31 de dezembro de 2020), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Este contrato tem garantia quirografária.

b.4) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops)*, decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Valor nominal a pagar	13.997.417	13.526.001
Despesa financeira não realizada	(2.767.318)	(2.707.223)
Valor presente a pagar (1)	**11.230.099**	**10.818.778**
Circulante	2.907.481	2.262.043
Não circulante	8.322.618	8.556.735

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluíam os montantes de R$70.845 e R$1.470.508, respectivamente, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefónica (nota 29). A redução dos montantes com empresas do Grupo Telefónica, decorre da alienação da divisão de torres da Telxius Telecom, S.A. para a American Tower International, Inc.

	Consolidado
2022	2.907.481
2023	2.697.656
2024	2.008.643
2025	1.282.211
2026	894.606
2027 em diante	1.439.502
Total	**11.230.099**

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 é de 8,428%, com prazo médio de vencimento de 5,59 anos.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

b.5) Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia 5G, realizados pela ANATEL dos quais a Companhia foi a vencedora. Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, prorrogáveis, sucessivamente, a título oneroso, nos termos da Lei nº 9.472/1997 (nota 1.b).

Estes Termos têm como garantia contratos de seguros (nota 34.b).

c) Cronograma de pagamentos

	Consolidado			
Ano	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Arrendamentos	Licenças 5G	Total
2023	4	2.697.656	621.623	3.319.283
2024	-	2.008.643	334.206	2.342.849
2025	-	1.282.211	46.790	1.329.001
2026	-	894.606	46.790	941.396
2027 em diante	-	1.439.502	655.055	2.094.557
Total	**4**	**8.322.618**	**1.704.464**	**10.027.086**

d) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto a instituições financeiras e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas no item a) desta nota, é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

	Consolidado						
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente (1)	Licenças 5G	Total
Saldo em 31.12.19	**48.850**	**3.104.350**	**9.191.151**	**996.274**	**484.048**	**-**	**13.824.673**
Ingressos	-	-	4.828.542	370.538	-	-	5.199.080
Encargos financeiros (nota 28)	1.879	87.635	526.127	26.620	6.555	-	648.816
Custos de emissão	-	1.376	-	-	-	-	1.376
Custos incorridos	-	-	-	-	(40.708)	-	(40.708)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(315.291)	-	-	-	(315.291)
Baixas (pagamentos)	(50.617)	(1.148.785)	(3.411.751)	(1.017.732)	(449.895)	-	(6.078.780)
Saldo em 31.12.20	**112**	**2.044.576**	**10.818.778**	**375.700**	**-**	**-**	**13.239.166**
Ingressos	-	-	3.113.349	221.840	-	4.459.442	7.794.631
Encargos financeiros (nota 28)	20	49.786	828.710	7.899	-	37.800	924.215
Custos de emissão	-	1.082	-	-	-	-	1.082
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(270.164)	-	-	-	(270.164)
Baixas (pagamentos)	(78)	(1.066.981)	(3.260.574)	(380.883)	-	(46.436)	(4.754.952)
Saldo em 31.12.21	**54**	**1.028.463**	**11.230.099**	**224.556**	**-**	**4.450.806**	**16.933.978**

(1) Em 13 de julho de 2020, a 2ª Vara da Justiça Federal de Maringá – PR, proferiu despacho determinando a transferência para a Companhia do depósito judicial efetuado pela antiga GVT, referente ao aproveitamento fiscal de ágio gerado em operações de incorporação de controladas. Em decorrência da decisão mencionada acima, em setembro de 2020, a Companhia resgatou o depósito judicial e efetuou o pagamento à Vivendi do montante atualizado monetariamente, líquido dos custos, despesas e tributos incorridos, diretamente atribuíveis ao reembolso de tal valor.

f) Ingressos e pagamentos

	Consolidado							
	31.12.21				31.12.20			
		Pagamentos				Pagamentos		
	Captações	Principal	Encargos	Total	Captações	Principal	Encargos	Total
Empréstimos - Instituições financeiras	**-**	**(74)**	**(4)**	**(78)**	**-**	**(48.645)**	**(1.972)**	**(50.617)**
BNDES / PSI	-	(74)	(4)	(78)	-	(8.849)	(111)	(8.960)
BNB	-	-	-	-	-	(39.796)	(1.861)	(41.657)
Debêntures	**-**	**(1.028.312)**	**(38.669)**	**(1.066.981)**	**-**	**(1.025.583)**	**(123.202)**	**(1.148.785)**
1ª emissão – Minas Comunica	-	(28.312)	(1.697)	(30.009)	-	(25.583)	(1.995)	(27.578)
5ª emissão	-	(1.000.000)	(36.972)	(1.036.972)	-	-	(88.819)	(88.819)
6ª emissão	-	-	-	-	-	(1.000.000)	(32.388)	(1.032.388)
Financiamentos - Fornecedores	**221.840**	**(370.635)**	**(10.248)**	**(380.883)**	**370.538**	**(970.029)**	**(47.703)**	**(1.017.732)**
Contraprestação contingente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(344.217)**	**(105.678)**	(449.895)
Arrendamentos	**3.113.349**	**(2.455.690)**	**(804.884)**	**(3.260.574)**	**4.828.542**	**(2.909.214)**	**(502.537)**	**(3.411.751)**
Licenças 5G	**4.459.442**	**(46.436)**	**-**	**(46.436)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**7.794.631**	**(3.901.147)**	**(853.805)**	**(4.754.952)**	**5.199.080**	**(5.297.688)**	**(781.092)**	**(6.078.780)**

22) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	615.083	529.099	619.881	529.179
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	91.058	107.367	91.058	107.367
Subvenções governamentais	39.341	50.474	39.341	50.474
Outras	8.230	59.125	8.230	59.224
Total	**753.712**	**746.065**	**758.510**	**746.244**
Circulante	599.873	506.778	604.646	506.806
Não circulante	153.839	239.287	153.864	239.438

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops)* não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente relativos à venda de créditos de pré-pagos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado
Saldos em 31.12.19	**499.035**
Ingressos	6.901.785
Baixas	(6.871.641)
Saldos em 31.12.20	**529.179**
Ingressos	7.496.088
Baixas	(7.405.386)
Saldos em 31.12.21	**619.881**
Circulante	578.945
Não circulante	40.936

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais.

Ano	Consolidado
2022	578.945
2023	28.515
2024	2.581
2025	2.579
2026	2.539
2027 em diante	4.722
Total	**619.881**

23) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31)	645.209	948.862	649.817	954.581
Obrigações com a ANATEL (1)	565.123	523.606	565.123	523.606
Retenções de terceiros (2)	175.989	215.873	181.818	219.169
Valores a restituir a clientes	43.144	43.991	43.964	44.973
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	128.731	21.718	137.861	33.831
Outras obrigações	53.149	47.657	52.368	48.646
Total	**1.611.345**	**1.801.707**	**1.630.951**	**1.824.806**
Circulante	450.983	389.103	466.342	406.831
Não circulante	1.160.362	1.412.604	1.164.609	1.417.975

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal (notas 1.b e 14).

(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

a.1) Conversão das ações preferenciais para ações ordinárias

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2020, foram aprovados: (i) a conversão da totalidade das 1.119.340.706 (um bilhão, cento e dezenove milhões, trezentas e quarenta mil, setecentas e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida, com extinção das ações preferenciais ("Conversão"); (ii) a alteração e/ou exclusão do artigo 4º, caput e parágrafos, artigo 5º, caput, artigo 7º, caput e parágrafo único, artigo 9º, caput e parágrafo único, artigo 10, caput e incisos (i), (ii) e (iii) e artigo 14, caput, do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Puderam exercer o direito de recesso os acionistas que, comprovadamente, eram titulares, de forma ininterrupta, de ações de emissão da Companhia desde 9 de março de 2020 (inclusive), data da divulgação do Fato Relevante que tratou inicialmente da Conversão, até a data do exercício do efetivo direito. O valor de reembolso pago aos acionistas dissidentes em 19 de novembro de 2020, correspondente ao valor de patrimônio líquido ajustado, foi de R$40,38 (quarenta reais e trinta e oito centavos) por ação preferencial, totalizando R$32, representando 805 ações preferenciais.

A partir de 23 de novembro de 2020, as ações preferenciais de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas, em virtude da conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e passaram a ser negociadas apenas ações ordinárias de sua emissão, sob o *ticker* "VIVT3". Com a conclusão da conversão de ações, a Companhia deu prosseguimento à conversão do programa de *American Depositary Receipt* (ADR) registrado perante a *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), passando a negociar na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), a partir de 30 de novembro de 2020, apenas as ADRs lastreadas em ações ordinárias no formato "*regular way*", sob o *ticker* "VIV".

Para a efetiva implementação da conversão das ações, foi celebrado acordo de voto entre as acionistas Telefónica S.A., Telefónica Latinoamérica Holding, S.L., SP Telecomunicações Participações Ltda. e, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia, a fim de cumprir com o disposto nos itens a.1 e a.2 do Acórdão ANATEL nº 430, de 11 de agosto de 2020.

a.2) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/1976, artigo 166, inciso IV ("Lei das S.A.") estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da AGE convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da referida lei.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$63.571.416, representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

	Total	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Grupo Controlador	**1.244.241.119**	**73,58%**
Telefónica	503.329.803	29,77%
Telefónica Latinoamérica Holding	407.279.213	24,09%
SP Telecomunicações Participações	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile	936.513	0,05%
Outros acionistas	**432.697.152**	**25,59%**
Ações em tesouraria	**14.046.652**	**0,83%**
Total de ações emitidas	**1.690.984.923**	**100,00%**
Ações em tesouraria	(14.046.652)	
Total de ações em circulação	**1.676.938.271**	

b) Reservas de capital

b.1) Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/1999.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$63.074.

b.2) Outras reservas de capital (Composição)

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TGLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da aquisição do Terra Networks pela TData (6)	(59.029)	(59.029)
Efeitos da aquisição da TIS pela Terra Networks (7)	(48.135)	(48.135)
Efeitos da aquisição e alienação da CyberCo Brasil (8)	39.521	39.521
Efeitos de equivalência patrimonial na FiBrasil (9)	2.182	-
Efeitos da alienação da CloudCo Brasil (10)	31.367	-
Efeitos da alienação da IoTCo Brasil (11)	34.644	-
Outros movimentos	60	78
Total	**1.297.905**	**1.229.730**

(1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

(2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.

(3) Refere-se aos custos diretos (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.

(4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.

(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.

(6) Refere-se aos efeitos pela aquisição do Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos.

(7) Refere-se aos efeitos pela aquisição da TIS pela Terra Networks, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos.

(8) Refere-se aos efeitos na Companhia e em controlada, pela aquisição e alienação da CyberCo Brasil, referente à diferença entre a contraprestação recebida em troca da participação societária alienada (nota 1.c).

(9) Refere-se aos efeitos na Companhia decorrentes de eventos no patrimônio líquido da FiBrasil (nota 1.c).

(10) Refere-se aos efeitos na Companhia, pela alienação de participação acionária na CloudCo Brasil (nota 1.c).

(11) Refere-se aos efeitos na Companhia, pela alienação de participação acionária na IoTCo Brasil (nota 1.c).

b.3) Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência do processo de conversão das ações preferenciais em ordinárias da Companhia; (iii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações; e (iv) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

Em 2021 e 2020, houve recompras de ações decorrentes do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia: (i) em 2021, aquisições de 11.235.900 ações ordinárias, no montante total de R$495.995; e em 2020, aquisições de 519.605 ações, sendo 232.805 ações preferenciais e 286.800 ações ordinárias, no montante total de R$22.721.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R$606.536, representado por 14.046.652 ações ordinárias (R$110.541, representado por 2.810.752 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R$3.385.302 (R$3.073.334 em 31 de dezembro de 2020).

c.2) Incentivos fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$95.169 (R$76.345 em 31 de dezembro de 2020). No exercício de 2021, houve o ingresso de R$24.185 referente ao benefício fiscal para redução de 75% do IRPJ incidente sobre o lucro auferido nos estados das regiões Norte e Nordeste do país (áreas da SUDAM e SUDENE).

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 era de R$119.354 (R$76.345 em 31 de dezembro de 2020).

c.3) Reserva para expansão e modernização

Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei das S.A., o orçamento de capital é submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (“AGO”). Em 2020, houve a reversão da reserva de 2019 no montante de R$600.000, a qual foi submetida e aprovada pela AGO, realizada em 15 de abril de 2021.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Dividendos complementares do exercício de 2020

Em 15 de abril de 2021, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2020, ainda não distribuídos, no montante de R$1.587.518 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 5 de outubro de 2021.

d.2) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.

A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2021 e 2020.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.239.364	4.770.527
(-) Apropriação à reserva legal	(311.968)	(238.526)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(43.009)	(18.766)
Lucro líquido ajustado	**5.884.387**	**4.513.235**
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	**(4.235.000)**	**(3.830.000)**
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.735.000)	(2.630.000)
Dividendos Intermediários	(1.500.000)	(1.200.000)
Saldo de lucro líquido não destinado	**1.649.387**	**683.235**
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	-	600.000
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	116.236	99.788
(+) Ganhos atuariais reconhecidos e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	262.901	204.495
Lucro disponível para distribuição	**2.028.524**	**1.587.518**
Proposta para a distribuição:		
Dividendos adicionais propostos:	**2.028.524**	**1.587.518**
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	2.028.524	987.518
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	-	600.000
Total	**2.028.524**	**1.587.518**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	**1.471.097**	**1.128.309**

O valor por ação ordinária dos dividendos adicionais propostos para 2021 foi de R$1,209659 em 2021 (R$0,940376 para 2020).

A proposta para a deliberação do exercício de 2021, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2022.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Exercício de 2021

	Datas					
Natureza	Aprovação	Crédito	Limite para pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
JSCP	12/02/21	26/02/21	até 31/07/22	150.000	127.500	0,075561
JSCP	18/03/21	31/03/21	até 31/07/22	270.000	229.500	0,136084
JSCP	15/04/21	30/04/21	até 31/07/22	280.000	238.000	0,141197
JSCP	17/06/21	30/06/21	até 31/07/22	630.000	535.500	0,317815
JSCP	16/09/21	30/09/21	até 31/07/22	600.000	510.000	0,303695
JSCP	10/12/21	27/12/21	até 31/07/22	805.000	684.250	0,408035
Dividendos	10/12/21	27/12/21	até 31/12/22	1.500.000	1.500.000	0,894487
Total				**4.235.000**	**3.824.750**	

Exercício de 2020

	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor líquido por ação	
Natureza	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	14/02/20	28/02/20	13/07/21	85.373	184.627	270.000	72.567	156.933	229.500	0,127456	0,140201
JSCP	19/03/20	31/03/20	13/07/21	47.430	102.570	150.000	40.315	87.185	127.500	0,070809	0,077890
JSCP	17/06/20	30/06/20	13/07/21	284.578	615.422	900.000	241.891	523.109	765.000	0,424852	0,467337
JSCP	17/09/20	28/09/20	13/07/21	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,306837	0,337521
JSCP	16/11/20	27/11/20	13/07/21	400.000	-	400.000	340.000	-	340.000	0,201367	-
JSCP	11/12/20	28/12/20	13/07/21	260.000	-	260.000	221.000	-	221.000	0,130911	-
Dividendos	11/12/20	28/12/20	05/10/21	1.200.000	-	1.200.000	1.200.000	-	1.200.000	0,710827	-
Total				**2.482.909**	**1.347.091**	**3.830.000**	**2.290.472**	**1.145.028**	**3.435.500**		

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte ("IRRF"). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Até 22 de novembro de 2020, data do encerramento das negociações de ações preferenciais, o capital da Companhia era dividido em ações preferenciais e ordinárias. As ações preferenciais não tinham direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social anterior, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei das S.A..

Os dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados com a data de crédito a partir de 23 de novembro de 2020, contemplam os efeitos da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias (nota 24.a.1).

d.3) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei das S.A., os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R$116.236 e R$99.788, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.19	**(9.081)**	**-**	**39.818**	**30.737**
Ganhos com conversão	-	-	39.008	39.008
Perdas com derivativos	-	(4.147)	-	(4.147)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	290	-	-	290
Saldos em 31.12.20	**(8.791)**	**(4.147)**	**78.826**	**65.888**
Perdas com conversão	-	-	(1.186)	(1.186)
Ganhos com derivativos	-	3.738	-	3.738
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(283)	-	-	(283)
Saldos em 31.12.21	**(9.074)**	**(409)**	**77.640**	**68.157**

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Em 28 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social e da Instrução CVM nº 567/2015 ("ICVM 567"), aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra está sendo efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante nas informações trimestrais ("ITRs") com data base 30 de junho de 2020 (R$1,165 bilhões), excetuadas as reservas referidas no artigo nº 7º, § 1º, da ICVM 567.

Este programa tem vigência até 27 de janeiro de 2022, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares.

As quantidades máximas autorizadas para aquisição são de 38.320.512 ações ordinárias.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	6.239.364	4.770.527
Ordinárias	6.239.364	1.991.046
Preferenciais	n.a.	2.779.481
Quantidade de ações, em milhares:	1.683.095	1.688.615
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	1.683.095	685.522
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	n.a.	1.003.093
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R$)	3,71	2,90
Ações preferenciais (R$)	n.a.	2,77

h) Participação de acionistas não controladores

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e apresentadas na nota 1.c), em 31 de dezembro de 2021 as informações consolidadas apresentavam montantes de participação de acionistas controladores e não controladores, como segue:

	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	Total
Patrimônio líquido na data do *closing*	**95.368**	**82.688**	**178.056**
Companhia	47.694	41.352	89.046
Acionistas não controladores	47.674	41.336	89.010
Movimentos de patrimônio líquido (resultados abrangentes), após o *closing*	**(7)**	**-**	**(7)**
Companhia	(4)	-	(4)
Acionistas não controladores	(3)	-	(3)
Movimentos de resultado, após o *closing*	**(18.516)**	**(1.503)**	**(20.019)**
Companhia	(9.260)	(752)	(10.012)
Acionistas não controladores	(9.256)	(751)	(10.007)
Patrimônio líquido em 31.12.21	**76.845**	**81.185**	**158.030**
Companhia	38.430	40.600	79.030
Acionistas não controladores	38.415	40.585	79.000

i) Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e apresentadas na nota 1.c), em 31 de dezembro de 2021, apresentamos a reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado:

Lucro líquido da Companhia (Controladora)	**6.239.364**
Participação de acionistas não controladores	(10.007)
Cloud Co	(9.256)
IoT Co	(751)
Lucro líquido da Companhia (Consolidado)	**6.229.357**

25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços (fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão), são alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita. Quando os pacotes promovem algum desconto no equipamento ou serviço, é feito o ajuste contábil para alocar o preço de venda entre eles com base no preço justo dos mesmos, constituindo um ativo ou passivo contratual, o qual é apropriado ao resultado ao longo de períodos subsequentes.

As receitas correspondem, substancialmente, à prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

As receitas referentes às vendas de créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento (produto Vivo TECH), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega, quando todos os riscos e benefícios são transferidos aos agentes credenciados.

As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS, conforme o caso, PIS e COFINS, conforme o caso.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional bruta	**64.198.736**	**62.558.107**	**64.611.536**	**63.195.443**
Serviços (1)	57.856.756	56.669.851	58.263.461	57.293.392
Mercadorias (2)	6.341.980	5.888.256	6.348.075	5.902.051
Deduções da receita operacional bruta	**(20.514.668)**	**(19.985.251)**	**(20.578.923)**	**(20.068.971)**
Tributos	**(12.955.181)**	**(12.939.192)**	**(13.019.110)**	**(13.022.712)**
Serviços	(11.753.439)	(11.903.041)	(11.815.168)	(11.981.372)
Mercadorias	(1.201.742)	(1.036.151)	(1.203.942)	(1.041.340)
Descontos concedidos e devoluções	**(7.559.487)**	**(7.046.059)**	**(7.559.813)**	**(7.046.259)**
Serviços	(5.533.391)	(4.968.078)	(5.533.773)	(4.968.350)
Mercadorias	(2.026.096)	(2.077.981)	(2.026.040)	(2.077.909)
Receita operacional líquida	**43.684.068**	**42.572.856**	**44.032.613**	**43.126.472**
Serviços	**40.569.926**	**39.798.732**	**40.914.520**	**40.343.670**
Mercadorias	**3.114.142**	**2.774.124**	**3.118.093**	**2.782.802**

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards,* acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

26) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2021				2020			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(739.542)	(2.645.426)	(567.720)	(3.952.688)	(689.808)	(2.509.110)	(417.129)	(3.616.047)
Serviços de terceiros (2)	(7.989.422)	(5.782.011)	(1.036.418)	(14.807.851)	(7.099.675)	(5.884.269)	(1.068.864)	(14.052.808)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.186.337)	(60.721)	(41.324)	(1.288.382)	(1.277.983)	(60.778)	(43.489)	(1.382.250)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.694.579)	(29.649)	(52.091)	(1.776.319)	(1.671.078)	(32.517)	(45.883)	(1.749.478)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.425.772)	-	(1.425.772)	-	(1.734.646)	-	(1.734.646)
Depreciação e amortização (5)	(9.683.823)	(1.506.488)	(836.976)	(12.027.287)	(8.864.509)	(1.494.308)	(862.425)	(11.221.242)
Custo das mercadorias vendidas	(3.214.081)	-	-	(3.214.081)	(2.866.817)	-	-	(2.866.817)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(79.495)	(132.737)	(32.753)	(244.985)	(72.339)	(133.033)	(44.191)	(249.563)
Total	**(24.587.279)**	**(11.582.804)**	**(2.567.282)**	**(38.737.365)**	**(22.542.209)**	**(11.848.661)**	**(2.481.981)**	**(36.872.851)**

	Consolidado							
	2021				2020			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(861.876)	(2.661.782)	(588.016)	(4.111.674)	(775.789)	(2.522.455)	(442.716)	(3.740.960)
Serviços de terceiros (2)	(8.019.315)	(5.768.909)	(1.054.453)	(14.842.677)	(7.120.850)	(5.888.370)	(1.078.582)	(14.087.802)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.187.976)	(57.852)	(44.187)	(1.290.015)	(1.284.943)	(59.578)	(45.140)	(1.389.661)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.704.235)	(29.649)	(52.818)	(1.786.702)	(1.690.171)	(32.517)	(47.428)	(1.770.116)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.436.288)	-	(1.436.288)	-	(1.740.358)	-	(1.740.358)
Depreciação e amortização (5)	(9.688.780)	(1.506.862)	(842.689)	(12.038.331)	(8.865.855)	(1.495.229)	(866.414)	(11.227.498)
Custo das mercadorias vendidas	(3.222.043)	-	-	(3.222.043)	(2.878.533)	-	-	(2.878.533)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(97.144)	(132.775)	(33.742)	(263.661)	(76.942)	(133.048)	(44.713)	(254.703)
Total	**(24.781.369)**	**(11.594.117)**	**(2.615.905)**	**(38.991.391)**	**(22.693.083)**	**(11.871.555)**	**(2.524.993)**	**(37.089.631)**

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.

(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, *call center,* logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.

(3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.

(4) Inclui os custos e despesas com as taxas Fistel, Fust, Funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.

(5) Inclui os montantes consolidados de R$2.737.111 e R$2.225.639 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.e).

27) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Multas e despesas recuperadas (1)	2.534.039	990.580	2.534.835	993.551
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 20)	(1.061.654)	(680.644)	(1.066.022)	(673.905)
Resultado operacional na operação da FiBrasil, incluindo a baixa do ágio (nota 1.c)	416.577	-	416.577	-
Outras receitas operacionais, líquidas (2)	61.816	289.877	42.235	224.442
Total	**1.950.778**	**599.813**	**1.927.625**	**544.088**
Outras receitas operacionais	3.012.432	1.416.212	2.993.647	1.419.113
Outras despesas operacionais	(1.061.654)	(816.399)	(1.066.022)	(875.025)
Total	**1.950.778**	**599.813**	**1.927.625**	**544.088**

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui os créditos fiscais, montantes de R$1.660.295 e R$435.698, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9). O saldo remanescente refere-se a multas contratuais e outros créditos fiscais.

(2) Inclui os montantes dos ganhos líquidos na alienação de ativos (imóveis, sucatas e etc.) e despesas com tributos sobre outras receitas operacionais.

28) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	299.658	166.602	312.978	177.236
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	110.780	96.803	111.585	98.232
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	149.089	181.162	149.089	181.162
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros) (1)	727.822	771.791	734.336	780.663
Outras receitas financeiras	2.415	114.194	2.545	114.237
Total	**1.289.764**	**1.330.552**	**1.310.533**	**1.351.530**
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (2)	(924.096)	(648.775)	(924.215)	(648.816)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	(161.779)	(179.128)	(161.779)	(179.128)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(190.890)	(131.053)	(194.223)	(129.030)
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 20)	(880.463)	(549.195)	(887.446)	(555.542)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(71.517)	(239.398)	(76.276)	(250.281)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(193.739)	(160.551)	(193.174)	(162.162)
Total	**(2.422.484)**	**(1.908.100)**	**(2.437.113)**	**(1.924.959)**
Resultado financeiro, líquido	**(1.132.720)**	**(577.548)**	**(1.126.580)**	**(573.429)**

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R$609.096 e R$512.659, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9).

(2) Inclui os montantes consolidados de R$828.710 e R$526.127 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, referente a encargos de arrendamentos (nota 21.e).

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefónica.

b) Serviços de TV digital contratados.

c) Valores a serem ressarcidos para SP Telecomunicações Participações em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks.

d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.

e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.

f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.

g) Operações com empresas do Grupo Telefónica referentes à compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência.

h) Serviços de marketing.

i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas.

j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.

k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.

l) Reembolsos a serem pagos ou recebidos referentes a despesas e gastos diversos.

m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.

n) Serviço de suporte técnico em informática.

o) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.

p) Aluguel de prédios.

q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *Roaming.*

r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-Learning.*

s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica.

t) Investimento Social. A Fundação Telefônica utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.

u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.

v) Plataforma *Adquira Sourcing*, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.

w) Mídia Digital, serviços de comercialização e exploração de Marketing Digital *in-store* e *outdoor*.

x) Operações de torres entre Telefônica Brasil e Telxius Torres Brasil. A operação consiste na alienação de ativos de infraestrutura de propriedade da Companhia, em conjunto com a cessão dos contratos de compartilhamento, com posterior cessão de uso de espaço das referidas infraestruturas para a Companhia. Em decorrência da alienação da divisão de torres da Telxius Telecom para a American Tower International, Inc., a partir do exercício de 2021, os valores relativos a ativos e passivos deixaram de ser apresentados como partes relacionadas e os valores relacionados à demonstração do resultado estão sendo apresentados para o período de janeiro a maio de 2021.

y) Valores a serem recebidos pela Companhia em decorrência da venda de participação societária da Fibrasil.

z) Valores referentes a parcelas a receber em decorrência da venda de participação societária e aportes de capital.

aa) Serviço de consultoria de construção de rede de fibra ótica.

Conforme descrito na nota 31, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.12.21			31.12.20		
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	-	1	10.315	-	8	9.876
Telefónica Latinoamerica Holding	l)	-	-	24.879	-	-	19.188
Telefónica	l)	-	-	4.825	-	-	4.796
		-	**1**	**40.019**	**-**	**8**	**33.860**
Outras empresas do grupo							
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / l) / p)	-	3.632	109	-	3.113	221
Telefónica Venezolana	k) / l)	-	8.016	2.196	-	6.852	2.196
Telefônica Digital España	g) / l)	-	114	-	-	1.151	-
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	-	2.187	80	-	8.919	62
Telefónica International Wholesale Services Espanha	a) / j) / k)	-	18.183	-	-	54.249	-
Telefônica Serviços de Ensino	a) / d)	-	36	20	-	130	24
Telefónica Moviles Argentina	j) / k)	-	6.352	-	-	5.883	-
Telefónica USA	j)	-	657	-	-	4.126	-
Telfisa Global BV	q)	66.682	-	-	47.313	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / j)	-	3.915	1.221	-	4.624	223
Terra Networks Mexico	g) / h)	-	-	-	-	4.962	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	a) / d) / j) /p)	-	1.772	1.280	-	439	23.416
Telefônica Infra, S.L	y)	-	-	446.317	-	-	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	aa)	-	12.167	53.088	-	-	-
T. IoT Big Data Tech ESP	l) / z)	-	3.229	66.604	-	-	-
T. Cybercloud Tech Esp	z)	-	-	49.286	-	-	-
Outras		-	6.876	6.068	-	10.893	12.833
		66.682	**67.136**	**626.269**	**47.313**	**105.341**	**38.975**
Total		**66.682**	**67.137**	**666.288**	**47.313**	**105.349**	**72.835**
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		66.682	-	-	47.313	-	-
Contas a receber (nota 4)		-	67.137	-	-	105.349	-
Outros ativos (nota 11)		-	-	301.427	-	-	72.340
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 11)		-	-	364.861	-	-	495

		Balanço Patrimonial - Passivo			
		31.12.21		31.12.20	
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	y)	-	26.855	-	27.599
Telefónica Latinoamerica Holding	l)	4.983	-	-	-
Telefónica	l) / m)	4.969	97.996	8.274	673
		9.952	**124.851**	**8.274**	**28.272**
Outras empresas do grupo					
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	-	5.660	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	f) / l) / k)	45.493	318	52.161	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	-	769	-
Telefónica Venezolana	k)	6.057	-	6.038	-
Telefónica Compras Electrónica	v)	33.215	-	32.187	-
Telefônica Digital España	o)	69.966	-	115.899	-
Telefônica Factoring do Brasil	s)	-	7.253	-	1.551
Telefónica Global Technology	e)	9.448	-	30.535	-
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	41.630	-	80.254	-
Telefônica Serviços de Ensino	r)	134	-	4.480	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	1.486	-	757	-
Telefónica Moviles España	k)	-	-	1.283	-
Telefónica USA	f)	10.828	288	12.688	269
Telxius Cable Brasil	f) / l)	44.229	1.572	18.937	1.572
Telxius Torres Brasil	l) / x)	-	-	74.655	1.393.898
Terra Networks Mexico	h)	6.205	-	5.231	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	aa)	59.886	37	15.131	-
Companhia AIX Participações	u)	-	70.845	-	78.236
T. IoT Big Data Tech ESP	o)	21.706	-	4.633	-
T. Cybercloud Tech Esp	o)	12.153	-	1.737	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	aa)	54.619	3.267	-	-
Outras		15.740	275	18.030	223
		432.795	**83.855**	**481.065**	**1.476.067**
Total		**442.747**	**208.706**	**489.339**	**1.504.339**
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 17)		442.747	-	489.339	-
Arrendamento (nota 21)		-	25.801	-	346.291
Outros passivos (nota 23)		-	134.221	-	33.244
Passivo não circulante					
Arrendamento (nota 21)		-	45.044	-	1.124.217
Outros passivos (nota 23)		-	3.640	-	587

		Demonstração dos Resultados					
		2021			2020		
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	12	574	-	10	558	-
Telefónica Latinoamerica Holding	l)	-	5.925	(341)	-	19.181	7.217
Telefónica	l) / m)	-	(375.994)	(3.461)	-	(370.703)	(13.163)
		12	**(369.495)**	**(3.802)**	**10**	**(350.964)**	**(5.946)**
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	-	-	-	110	306	118
Fundação Telefônica	t)	-	(9.704)	-	-	(9.998)	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / k) / l) / p)	7.510	(108.094)	-	5.586	(105.384)	-
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	(6.593)	(105)	-	(28.471)	(246)
Telefónica Serviços de Ensino	a) / d) / r)	348	(24.585)	-	877	(26.072)	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	-	-	32	3.565	823
Telefónica Compras Electrónica	v)	-	(38.911)	-	-	(33.919)	-
Telefônica Digital España	g) / l) / o)	-	(155.508)	(4.351)	366	(142.343)	(22.992)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	1.882	254	(7.267)	7.674	252	(1.551)
Telefónica Global Technology	e)	-	(88.397)	(135)	-	(80.784)	(6.470)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	a)/ f) / j) / k)	52.732	(72.781)	531	65.246	(88.730)	9.451
Telefónica Moviles Argentina	k)	765	(776)	75	2.152	1.340	200
Telefónica Moviles España	k)	-	-	-	554	949	(62)
Telefónica USA	f) / j)	343	(21.613)	(1.587)	-	(17.186)	(436)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	43.338	(235.371)	(7.381)	12.066	(314.327)	(30.251)
Telxius Torres Brasil	a) / d) / p) / x)	-	-	-	8.902	1.178	(69.137)
Terra Networks Mexico	h)	3.790	(4.796)	118	847	(8.428)	166
Telefónica Cyber Tech Brasil	d) / j) /p) / aa)	974	(120.364)	-	347	(15.544)	-
Companhia AIX Participações	a) / u)	-	-	(3.856)	28	-	(1.252)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d) / p) / w)	16.891	(1.650)	-	282	(5.795)	-
T. IoT Big Data Tech ESP	l) / o)	-	(76.218)	827	500	(4.838)	-
T. Cybercloud Tech Esp	o)	-	(19.842)	(229)	-	(1.811)	74
Telefônica Infra, S.L	a) / c) / d) / l) / p)	-	-	11.737	-	-	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	aa)	39.018	(32.117)	973	-	-	-
Outras		6.660	(14.895)	1.279	2.293	(5.351)	1.420
		174.251	**(1.031.961)**	**(9.371)**	**107.862**	**(881.391)**	**(120.145)**
Total		**174.263**	**(1.401.456)**	**(13.173)**	**107.872**	**(1.232.355)**	**(126.091)**

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de R$32.205 e R$27.802, respectivamente. Destes montantes, R$19.658 (R$17.470 em 31 de dezembro de 2020) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$12.547 (R$10.332 em 31 de dezembro de 2020) a remuneração variável.
Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefónica), para seus dirigentes e empregados.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

A Companhia e suas controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido e ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 3,8520 euros.

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 26), nos montantes de R$17.867 e R$19.196 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2021 eram:

- *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

  Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 130 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 100.500 ações da Telefónica.

  Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 146 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 117.200 ações da Telefónica.

  Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 190 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 325.500 ações da Telefónica.

- *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

  Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 77 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 792.868 ações da Telefónica.

  Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 90 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 532.657 ações da Telefónica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 96 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.855.383 ações da Telefónica.

- *Plano Global de Direitos sobre Ações da Telefónica: Global Employee Share Plan ("GESP")*

  Em 31 de julho de 2021 o ciclo do *Global Employee Share Plan* ("GESP") foi finalizado, com a entrega das ações em 4 de agosto de 2021 aos empregados que cumpriram as condições estabelecidas pelo plano.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R$109.682 e R$86.296, respectivamente, incluindo tributos.

31) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/1998 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/1998	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS e CloudCo

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar ("Visão Prev") e Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel").

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos CTB e plano de assistência médica – Lei nº 9.656/1998, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos, pois considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2021, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2021, ambos projetados para 31 de dezembro de 2021. Para o exercício comparativo, a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2020, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2020, ambos projetados para 31 de dezembro de 2020.

c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

c.1.2) Plano de assistência médica – Lei nº 9.656/1998

Em atendimento à Lei nº 9.656/1998, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c.2) Planos de previdência pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência (CTB, PBS-A Telefônica BD e Planos Visão) utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2020, projetado para 31 de dezembro de 2020.

Os planos de previdência pós-emprego incluem: PBS Assistidos (“PBS-A”), CTB, Telefônica BD e Visão.

c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R$215.328, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano (Nota 11).

Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management* (" ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) Planos Visão

Em 2021, os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passaram a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R$54.592 em 31 de dezembro de 2021 (R$40.893 em 31 de dezembro de 2020).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Consolidado					
	31.12.21			31.12.20		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.066.175	1.401.044	**3.467.219**	2.238.700	1.863.359	**4.102.059**
Valor justo dos ativos dos planos	3.310.273	860.165	**4.170.438**	3.411.297	1.004.048	**4.415.345**
Passivo (ativo) líquido	**(1.244.098)**	**540.879**	**(703.219)**	**(1.172.597)**	**859.311**	**(313.286)**
Limitador dos ativos	1.217.739	40.146	**1.257.885**	1.081.325	21.480	**1.102.805**
Ativo circulante	(90.538)	-	**(90.538)**	(82.935)	-	**(82.935)**
Ativo não circulante	(4.613)	-	**(4.613)**	(82.127)	-	**(82.127)**
Passivo circulante	7.146	12.800	**19.946**	6.475	15.680	**22.155**
Passivo não circulante	61.646	568.225	**629.871**	67.315	865.111	**932.426**

c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	Consolidado					
	2021			2020		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Custo do serviço corrente	2.184	21.361	**23.545**	3.036	26.576	**29.612**
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	(7.062)	70.436	**63.374**	(10.385)	82.151	**71.766**
Total	**(4.878)**	**91.797**	**86.919**	**(7.349)**	**108.727**	**101.378**

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Consolidado					
	2021			2020		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
(Ganhos) perdas atuariais	(70.083)	(399.872)	**(469.955)**	114.556	(256.010)	**(141.454)**
Efeito limitador	56.024	17.008	**73.032**	(128.320)	(40.137)	**(168.457)**
Total	**(14.059)**	**(382.864)**	**(396.923)**	**(13.764)**	**(296.147)**	**(309.911)**

c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Consolidado					
	31.12.21			31.12.20		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	**(91.272)**	**880.791**	**789.519**	**(138.745)**	**1.072.873**	**934.128**
Despesas no exercício	(4.878)	91.797	**86.919**	(7.349)	108.727	**101.378**
Contribuições das patrocinadoras	(8.071)	(8.699)	**(16.770)**	(8.229)	(4.662)	**(12.891)**
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(14.059)	(382.864)	**(396.923)**	(13.764)	(296.147)	**(309.911)**
Distribuição de reservas	91.921	-	**91.921**	76.815	-	**76.815**
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	**(26.359)**	**581.025**	**554.666**	**(91.272)**	**880.791**	**789.519**
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(95.151)	-	**(95.151)**	(165.062)	-	**(165.062)**
Passivo atuarial reconhecido no balanço	68.792	581.025	**649.817**	73.790	880.791	**954.581**

c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	Consolidado					
	31.12.21			31.12.20		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Passivo de benefício definido no início do exercício	**2.238.700**	**1.863.359**	**4.102.059**	**2.429.478**	**2.016.614**	**4.446.092**
Custo do serviço corrente	2.184	21.361	**23.545**	3.036	26.576	**29.612**
Juros sobre o passivo atuarial	160.140	144.463	**304.603**	167.991	150.510	**318.501**
Benefícios pagos	(175.863)	(52.570)	**(228.433)**	(171.177)	(48.101)	**(219.278)**
Contribuições de participantes vertidas	336	-	**336**	346	-	**346**
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	176.664	(316.034)	**(139.370)**	(70.783)	(33.088)	**(103.871)**
Perdas (ganhos) atuariais ajustadas por premissas demográficas	-	-	**-**	(8.378)	(52.071)	**(60.449)**
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	(335.986)	(259.535)	**(595.521)**	(111.813)	(197.081)	**(308.894)**
Passivo de benefício definido no final do exercício	**2.066.175**	**1.401.044**	**3.467.219**	**2.238.700**	**1.863.359**	**4.102.059**

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Consolidado					
	31.12.21			31.12.20		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**3.411.297**	**1.004.048**	**4.415.345**	**3.696.914**	**1.001.112**	**4.698.026**
Benefícios pagos	(169.257)	(43.912)	**(213.169)**	(164.587)	(43.477)	**(208.064)**
Contribuições de participantes vertidas	336	-	**336**	346	-	**346**
Contribuições de patrocinador vertidas	1.465	40	**1.505**	1.638	38	**1.676**
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	247.591	75.686	**323.277**	259.331	72.604	**331.935**
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(89.238)	(175.697)	**(264.935)**	(305.530)	(26.229)	**(331.759)**
Distribuição de reservas	(91.921)	-	**(91.921)**	(76.815)	-	**(76.815)**
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**3.310.273**	**860.165**	**4.170.438**	**3.411.297**	**1.004.048**	**4.415.345**

c.3.7) Movimentação do limitador de ativos

	Consolidado					
	31.12.21			31.12.20		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Limitador dos ativos no início do exercício	**1.081.325**	**21.480**	**1.102.805**	**1.128.691**	**57.371**	**1.186.062**
Juros sobre o efeito limitador de ativos	80.390	1.658	**82.048**	80.954	4.246	**85.200**
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	56.024	17.008	**73.032**	(128.320)	(40.137)	**(168.457)**
Limitador dos ativos ao final do exercício	**1.217.739**	**40.146**	**1.257.885**	**1.081.325**	**21.480**	**1.102.805**

c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2022

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Custo do serviço corrente	1.857	13.667	**15.524**
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	(2.466)	51.628	**49.162**
Total	**(609)**	**65.295**	**64.686**

c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2022

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Contribuições das patrocinadoras	1.660	-	**1.660**
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	7.092	12.807	**19.899**
Total	**8.752**	**12.807**	**21.559**

c.3.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Consolidado	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
No exercício de 2021	8,4 anos	14,3 anos
No exercício de 2020	7,9 anos	16,3 anos

c.3.11) Premissas atuariais

	Consolidado	
	31.12.21	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão Multi: 8,6% Visão Telefônica: 8,56% PBS-A, Telefônica BD e CTB: 8,61%	PAMA e PCE: 8,74% Lei 9.656/1998: 8,78%
Taxa de crescimento salarial futuro	CTB e PBS-A: N/A Visão Telefônica: 4,5% Visão Multi: 6,09% Telefônica BD: 4,32%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	6,4%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,3%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A Visão Telefônica: Álvaro Vindas, suavizada em 50% Visão Multi: Light-Fraca, suavizada em 50%	Light-Forte
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/1998: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas no quadro acima, para 2021 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,25%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

	Consolidado	
	31.12.20	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 6,37% PBS-A: 7,42% Telefônica BD: 7,72% CTB: 6,98%	PAMA e PCE: 7,72% Lei 9.656/1998: 7,88%
Taxa de crescimento salarial futuro	CTB e PBS-A: N/A Visão Telefônica: 4,75% Visão Multi: 6,35% Telefônica BD: 4,57%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	6,6%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,5%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60% Visão: N/A	PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 40% Lei 9.656/1998: RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A Visão Telefônica: Álvaro Vindas, suavizada em 50% Visão Multi: Light-Fraca, suavizada em 50%	Light-Forte
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/1998: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas no quadro acima, para 2020 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,5%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	2.066.175	1.401.044	**3.467.219**
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.402.161	1.660.579	**4.062.740**
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	**(335.986)**	**(259.535)**	**(595.521)**

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	2.066.175	1.401.044	**3.467.219**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.988.887	1.312.447	**3.301.334**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.149.286	1.499.717	**3.649.003**

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	**Total**
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.066.175	1.401.044	**3.467.219**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.066.175	1.606.733	**3.672.908**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.066.175	1.232.625	**3.298.800**

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	Consolidado			
	31.12.21		31.12.20	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	2.756.822	799.953	2.878.204	938.986
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	222.907	59.352	183.744	65.062
Operações Compromissadas	136.725	-	171.534	-
Debêntures	29.278	-	22.104	-
Letras Financeiras	883	-	15.099	-
Cotas FIDC / Outros	20.919	-	22.815	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	23.379	860	167	-
Investimentos em renda variável				
Investimentos atrelados a fundos e índices de mercado	5.667	-	5.678	-
Investimentos em diversos setores da economia	-	-	286	-
Investimentos em imóveis	91.845	-	90.325	-
Empréstimos a participantes	20.496	-	19.374	-
Investimentos estruturados e no exterior	1.352	-	1.967	-
Total	**3.310.273**	**860.165**	**3.411.297**	**1.004.048**

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: são subsequentemente mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa desses ativos é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam um modelo de *impairment* para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado para certos ativos de curto e longo prazo (recebíveis comerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

De acordo com essa abordagem simplificada, a redução do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. Para esse fim, a Companhia e suas controladas utilizam matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de cliente, de acordo com o padrão de crédito. A matriz para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de gerenciamento de coleta e é alimentada com dados históricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas informações observáveis a cada fechamento, a Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de ajustar as taxas resultantes dessas matrizes, considerando as condições atuais e as projeções econômicas futuras.

a.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) ao custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

a.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

a.4) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.5) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; (ii) o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e (iii) o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge,* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge,* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

No reconhecimento inicial de um relacionamento de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo. Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting.* Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado			
			Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Contratos de *swaps*				
Ponta Ativa	**285.243**	**411.650**	**60.884**	**69.416**
Moeda estrangeira	243.812	316.322	116	1.265
US$ (1)	148.060	97.753	-	306
EUR (1)	90.114	91.863	-	888
NDF US$ (3)	5.638	126.706	116	71
Taxa pós	-	44.560	-	127
CDI (1)	-	44.560	-	127
Índices de inflação	41.431	50.768	60.768	68.024
IPCA (2)	41.431	50.768	60.768	68.024
Ponta Passiva	**(285.243)**	**(411.650)**	**(73.560)**	**(74.980)**
Taxa pós	(279.605)	(240.384)	(73.560)	(67.609)
CDI (1) (2)	(279.605)	(240.384)	(73.560)	(67.609)
Taxa pré	(5.638)	(126.706)	-	(6.662)
NDF US$ (3)	(5.638)	(126.706)	-	(6.662)
Moeda estrangeira	-	(44.560)	-	(709)
US$ (1)	-	(44.560)	-	(709)
	Ponta ativa		**60.884**	**69.416**
	Circulante		6.451	5.902
	Não Circulante		54.433	63.514
	Ponta passiva		**(73.560)**	**(74.980)**
	Circulante		(4.538)	(8.864)
	Não Circulante		(69.022)	(66.116)
	Valores a pagar, líquidos		**(12.676)**	**(5.564)**

(1) *Swap* de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R$88.168) e (dólar e CDI x dólar) (R$147.271) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 21 de fevereiro de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R$89.918 em euro e libra, e de R$147.769 em dólar).

(2) *Swap* IPCA x CDI (R$226.360) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R$226.360).

(3) NDF US$ x R$ (R$29.592) – operações a termo contratadas com vencimentos até 27 de janeiro de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R$29.592 em dólar).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de dezembro de 2021.

	Consolidado						
	Vencimento em						
Contrato de *swap*	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Valor a receber (pagar) em 31.12.21
Moeda Estrangeira x CDI	(4.559)	-	-	-	-	-	(4.559)
IPCA x CDI	6.356	5.462	5.136	4.813	4.482	(34.482)	(8.233)
NDF US$ x Pré	116	-	-	-	-	-	116
Total	**1.913**	**5.462**	**5.136**	**4.813**	**4.482**	**(34.482)**	**(12.676)**

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados negativo e positivo de R$12.690 e R$2.034, respectivamente (nota 28).

c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/2008 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2021.

		Consolidado		
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	88.168	110.209	132.251
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(112.764)	(140.955)	(169.146)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	22.847	28.558	34.270
	Exposição Líquida	**(1.749)**	**(2.188)**	**(2.625)**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	147.271	184.089	220.907
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(365.628)	(457.034)	(548.441)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	217.859	272.324	326.788
	Exposição Líquida	**(498)**	**(621)**	**(746)**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	226.360	208.711	193.191
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(226.360)	(208.711)	(193.191)
	Exposição Líquida	**-**	**-**	**-**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US$)	29.592	36.990	44.388
OPex em US$	OPex (Risco aumento US$)	(29.592)	(36.990)	(44.388)
	Exposição Líquida	**-**	**-**	**-**
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	300.085	282.435	266.916
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(178.461)	(178.461)	(178.461)
	Exposição líquida	**121.624**	**103.974**	**88.455**
Exposição líquida total em cada cenário		**119.377**	**101.165**	**85.084**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**(18.212)**	**(34.293)**

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US$	5,5805	6,9756	8,3708
EUR	6,3208	7,9128	9,4954
IPCA	10,06%	12,58%	15,09%
IGPM	17,78%	22,23%	26,67%
CDI	9,15%	11,44%	13,73%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2021, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

			Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		6.187.360	5.517.354	6.187.360	5.517.354
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		30.109	-	30.109	-
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		8.064.097	8.174.784	8.064.097	8.174.784
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	6.451	5.902	6.451	5.902
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		132.963	120.105	132.963	120.105
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado		218.536	70.575	218.536	70.575
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		37.044	46.051	37.044	46.051
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		470.882	379.898	470.882	379.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.433	63.514	54.433	63.514
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		97.523	89.803	97.523	89.803
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado		332.721	258	332.721	258
Total de ativos financeiros			**15.632.119**	**14.468.244**	**15.632.119**	**14.468.244**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	Custo amortizado		7.085.058	6.636.448	7.085.058	6.636.448
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Custo amortizado		224.606	375.756	224.606	375.772
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.903.797	2.260.404	2.903.797	2.260.404
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		1.028.463	1.044.668	1.028.787	1.030.528
Licenças 5G (nota 21)	Custo amortizado		2.746.342	-	2.746.342	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	4.538	8.864	4.538	8.864
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	Custo amortizado		47.976	52.466	47.976	52.466
Valores a restituir a clientes (nota 23)	Custo amortizado		43.144	43.991	43.144	43.991
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	Custo amortizado		127.729	20.747	127.729	20.747
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Custo amortizado		4	51	4	49
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.317.073	8.555.044	8.317.073	8.555.044
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		-	999.908	-	986.662
Licenças 5G (nota 21)	Custo amortizado		1.704.464	-	1.704.464	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.022	66.116	69.022	66.116
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	Custo amortizado		517.147	471.140	517.147	471.140
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	Custo amortizado		1.002	971	1.002	971
Total de passivos financeiros			**24.820.365**	**20.536.574**	**24.820.689**	**20.509.202**

			Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		6.448.483	5.762.081	6.448.483	5.762.081
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		30.109	-	30.109	-
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		8.100.269	8.182.667	8.100.269	8.182.667
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	6.451	5.902	6.451	5.902
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		132.963	120.105	132.963	120.105
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	Custo amortizado		301.427	72.340	301.427	72.340
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		37.238	46.280	37.238	46.280
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		470.882	379.898	470.882	379.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.433	63.514	54.433	63.514
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		97.523	89.803	97.523	89.803
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	Custo amortizado		364.861	495	364.861	495
Total de ativos financeiros			**16.044.639**	**14.723.085**	**16.044.639**	**14.723.085**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	Custo amortizado		7.132.402	6.613.004	7.132.402	6.613.004
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Custo amortizado		224.606	375.756	224.606	375.772
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.907.481	2.262.048	2.907.481	2.262.048
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		1.028.463	1.044.668	1.028.787	1.030.528
Licenças 5G (nota 21)	Custo amortizado		2.746.342	-	2.746.342	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	4.538	8.864	4.538	8.864
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	Custo amortizado		47.976	52.466	47.976	52.466
Valores a restituir a clientes (nota 23)	Custo amortizado		43.964	44.973	43.964	44.973
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	Custo amortizado		134.221	33.244	134.221	33.244
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Custo amortizado		4	51	4	49
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.322.618	8.556.735	8.322.618	8.556.735
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		-	999.908	-	986.662
Licenças 5G (nota 21)	Custo amortizado		1.704.464	-	1.704.464	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.022	66.116	69.022	66.116
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	Custo amortizado		517.147	471.140	517.147	471.140
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	Custo amortizado		3.640	587	3.640	587
Total de passivos financeiros			**24.886.888**	**20.529.560**	**24.887.212**	**20.502.188**

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em FIDC e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Money).

Os índices de endividamento líquido da controladora e consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Caixa e equivalentes de caixa	6.187.360	5.517.354	6.448.483	5.762.081
Aplicações financeiras	30.109	-	30.109	-
Contas a receber - FIDC	-	-	25.071	1.975
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e licenças 5G	(16.924.749)	(13.235.831)	(16.933.978)	(13.239.166)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(12.676)	(5.564)	(12.676)	(5.564)
Endividamento líquido	**10.719.956**	**7.724.041**	**10.442.991**	**7.480.674**
Patrimônio líquido	69.927.196	69.556.764	70.006.196	69.556.764
Índice de endividamento líquido	**15,33%**	**11,10%**	**14,92%**	**10,75%**

f) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

f.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$21.129 mil, €14.124 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2021 e US$3.845 mil, €14.508 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2020), para minimizar seus riscos cambiais.

f.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R$6.344.942 e R$5.570.106 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (CDBs) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

f.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 21, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

f.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

f.5) Riscos ambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, remediações de áreas contaminadas, ajustamento de conduta, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações, além de danos à nossa reputação frente ao mercado.

A identificação de novas questões ambientais relevantes, alteração nos critérios de avaliação por parte de agências reguladoras, entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos. A ocorrência de algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira e patrimonial da Companhia. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

f.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; concorrência, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos; e obrigações ligadas à universalização dos serviços.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e a manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detém poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes. A adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Com relação às tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

f.7) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2021, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R$75.000 para responsabilidade civil geral.

f.8) Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846/2013, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu programa de *compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança que garante uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

f.9) Potencial impacto da pandemia do Coronavírus (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus ("COVID-19"), pandemia que impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de suprimentos globais, criou significativa volatilidade e perturbação nos mercados financeiros e resultou em uma desaceleração econômica. O surto e a rápida disseminação da COVID-19 resultaram em uma redução substancial das atividades comerciais em todo o mundo e estão causando o enfraquecimento das condições econômicas, tanto no Brasil quanto no exterior.

Como parte dos esforços para conter a disseminação da COVID-19, durante um período, os governos federais, estaduais e municipais impuseram várias restrições à condução de negócios e viagens. Restrições governamentais, como pedidos de estadia em casa, quarentena e absenteísmo dos trabalhadores, levaram a um número significativo de fechamentos e desacelerações de negócios. Tais restrições impactaram de forma adversa a Companhia e alguns de seus clientes e fornecedores, os quais operaram durante um período com uma fração de suas capacidades ou paralisaram totalmente suas operações, o que prejudicou as vendas da Companhia.

À medida que os eventos em torno da pandemia da COVID-19 continuaram a ocorrer durante o ano de 2020, estendendo-se até hoje, o foco principal da Companhia foi e continuará sendo a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, clientes e fornecedores. Para continuar suas operações, conforme permitido pelos respectivos governos federais, estaduais e municipais, a Companhia adotou inúmeras medidas de segurança, a fim de proteger seus colaboradores, clientes e fornecedores. Essas medidas incluem, entre outras, a adesão a protocolos de distanciamento social, permitindo que a maioria de seus colaboradores trabalhe em casa, suspendendo viagens não essenciais, desinfetando instalações e espaços de trabalho extensiva e frequentemente, suspendendo visitantes não essenciais e exigindo a utilização de máscaras faciais para os colaboradores que precisam estar presentes nas instalações da Companhia. A Companhia espera continuar com essas medidas de segurança e poderá tomar outras ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais ou de acordo com o melhor interesse de seus colaboradores, clientes e fornecedores.

As medidas impostas pelos governos federais, estaduais e municipais, resultando em uma redução substancial das atividades comerciais, geralmente excluíam certas empresas e serviços essenciais, a exemplo dos serviços de telecomunicações. Isso permitiu à Companhia continuar prestando seus principais serviços de forma ininterrupta.

Como resultado da desaceleração econômica global causada pela pandemia da COVID-19, a Companhia experimentou uma demanda reduzida e, por consequência, alguns impactos nos negócios e resultados. O prolongamento dessa situação pode ter um efeito adverso significativo nas economias e nos mercados financeiros globais, bem como nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Os possíveis efeitos nos negócios da Companhia dependerão da intensidade e extensão da pandemia da COVID-19, em que pese a campanha de vacinação no Brasil, iniciada em janeiro de 2021.

Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de prever com precisão os impactos no negócio, pois dependerá da evolução dos seguintes fatores:

- A duração e o escopo da pandemia;
- Ações governamentais, empresariais e individuais que foram e continuam sendo tomadas em resposta à pandemia;
- O impacto da pandemia na atividade econômica e ações tomadas em resposta;
- O tempo que levará para a atividade econômica retornar aos níveis anteriores;
- O efeito sobre os clientes da Companhia e a demanda por seus produtos e serviços;
- Capacidade da Companhia de continuar vendendo seus produtos e serviços, inclusive com pessoas que trabalham em casa;
- Capacidade dos clientes da Companhia de pagar por seus produtos e serviços; e
- Quaisquer fechamentos das instalações da Companhia e das instalações de seus clientes e fornecedores.

Dentre os principais impactos decorrentes da COVID-19 em 2021, destacamos:

- Redução das atividades comerciais em nossas lojas devido fechamento temporário no período, já retornado à atividade normal; e
- A Companhia manteve a seus clientes a possibilidade de se efetuar parcelamentos com pagamentos em até 10 parcelas, livres de multas e juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações e continuamos avaliando e acompanhando as respostas governamentais e desempenho econômico e os respectivos impactos em nossa operação.

33) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado						
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
	Saldos em 31.12.20	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais e cancelamento de contratos	Ingressos de arrendamentos, financiamento a fornecedores e licenças 5G	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.21
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.865.998	(4.901.326)	-	-	-	5.301.043	4.265.715
Empréstimos e financiamentos	375.812	(370.709)	(10.252)	7.919	221.840	-	224.610
Arrendamentos	10.818.778	(2.455.690)	(804.884)	558.546	3.113.349	-	11.230.099
Debêntures	2.044.576	(1.028.312)	(38.669)	50.868	-	-	1.028.463
Licenças 5G	-	(46.436)	-	37.800	4.459.442	-	4.450.806
Instrumentos financeiros derivativos	5.564	(4.962)	-	12.074	-	-	12.676
Total	**17.110.728**	**(8.807.435)**	**(853.805)**	**667.207**	**7.794.631**	**5.301.043**	**21.212.369**

	Consolidado							
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.19	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais e cancelamento de contratos	Custos e despesas incorridas	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.20
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.587.417	(5.259.367)	-	-	-	-	5.537.948	3.865.998
Empréstimos e financiamentos	1.045.124	(1.018.674)	(49.675)	28.499	-	370.538	-	375.812
Arrendamentos	9.191.151	(2.909.214)	(502.537)	210.836	-	4.828.542	-	10.818.778
Debêntures	3.104.350	(1.025.583)	(123.202)	89.011	-	-	-	2.044.576
Instrumentos financeiros derivativos	(16.030)	15.186	-	6.408	-	-	-	5.564
Contraprestação contingente	484.048	(344.217)	(105.678)	6.555	(40.708)	-	-	-
Total	**17.396.060**	**(10.541.869)**	**(781.092)**	**341.309**	**(40.708)**	**5.199.080**	**5.537.948**	**17.110.728**

34) COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

a) Compromissos contratuais

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
2022	2.248.234
2023	943.935
2024	220.441
2025	171.495
2026	143.107
2027 em diante	471.528
Total	**4.198.740**

Além das obrigações apresentadas acima, a Companhia tem compromissos assumidos com a aquisição das licenças 5G, considerados contratos executáveis, de natureza não monetária e não onerosa, os quais estão apresentados na nota 1.b).

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha garantias para diversos compromissos com a ANATEL, fornecedores e processos judiciais:

	Consolidado
Seguros garantia e cartas fiança - Processos judiciais (nota 20)	20.298.486
Seguros garantia - Licenças 5G (nota 21)	4.355.976
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	2.831.178
Seguros garantia e cartas fiança - ANATEL	1.661.081
Seguros garantia e cartas fiança - Fornecedores	221.182
Imóveis e equipamentos (nota 13.f)	78.631
Aplicações financeiras bloqueadas - Processos judiciais (nota 20)	37.238
Total	**29.483.772**

35) EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Decisões da ANATEL e do CADE para o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre Oi Móvel S.A. e a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 10 de março de 2020, 18 de julho de 2020, 27 de julho de 2020, 7 de agosto de 2020, 7 de setembro de 2020, 14 de dezembro de 2020 e em 29 de janeiro de 2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida nessa mesma data, a ANATEL concedeu anuência prévia mediante imposição de condicionantes ("Ato de Anuência") para as operações contempladas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), celebrado em 28 de janeiro de 2021 por e entre Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de vendedora, a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A., na qualidade de compradoras, e a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de intervenientes-anuentes e garantidoras das obrigações da vendedora. Considerando que o Contrato prevê condições precedentes adicionais ao referido Ato de Anuência, a Companhia divulgará oportunamente o andamento do processo de aquisição contemplada no Contrato, nos termos da Resolução 44 e da legislação aplicável.

Em 9 de fevereiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o tribunal administrativo do CADE, em reunião realizada nesta mesma data, aprovou, de forma condicionada à implementação de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC" e "Aprovação CADE", respectivamente), o ato de concentração nº 08700.000726/2021-08 submetido à sua apreciação em razão da celebração do Contrato.

b) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2023, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2022, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Deliberação CVM nº 683/2012, no montante bruto de R$180.000, equivalente a 0,10739500713 por ação ordinária, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R$153.000, equivalente a 0,09128575606 por ação ordinária, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2022.

O valor de juros sobre o capital próprio por ação ordinária informado acima poderá sofrer ajustes futuros, até 25 de fevereiro de 2022, em função de eventuais aquisições de ações no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia.

O pagamento destes proventos será realizado até 31 de julho de 2023, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 25 de fevereiro de 2022.

c) Cancelamento de ações ordinárias em tesouraria

Em 18 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de cancelamento de 14.046.652 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, bem como a consequente convocação da Assembleia Geral Extraordinária, a fim de alterar o Estatuto Social da Companhia no que se refere à quantidade de ações em que se divide o capital social. Tais ações foram adquiridas ao longo dos últimos anos, em virtude do Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia.

Telefônica Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

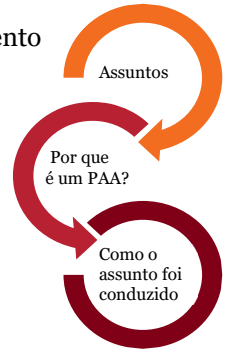
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para contingências tributárias e regulatórias	
De acordo com as Notas 8(g) e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R$ 50.572.084 mil e de R$ 6.531.609 mil, respectivamente, dos quais R$ 2.245.037 mil e R$ 1.986.244 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração a partir de posição de seus assessores jurídicos. Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi mantida como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para entender e avaliar os controles internos relacionados a identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos e mensuração e reconhecimento da obrigação, quando aplicável. (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (d) Seleção, em base amostral, de processos tributários e regulatórios relevantes, para a avaliação de nossos especialistas quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (e) Reunião com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (f) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita	
Conforme descrito na Nota 25 às demonstrações financeiras, a receita reconhecida pela Companhia e suas controladas foi de R$ 44.032.613 mil em 31 de dezembro de 2021, decorrente de vários produtos vendidos e serviços de telecomunicações prestados. O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de mercadorias/ serviços que podem ser vendidos/prestados de forma separada ou agregada, em condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui grande número de aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, mantivemos essa área como foco de nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras. (b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação-suporte. (c) Entendimento dos critérios adotados pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento. (d) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita.
Teste de *impairment* do ágio	
Conforme descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível, ágio no valor de R$ 22.868.268 mil em 31 de dezembro de 2021, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, decorrente de combinações de negócios ocorridas em anos anteriores. A administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio associado com a única Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções e das principais premissas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Companhia que fornece todos os serviços de telecomunicações por meio de uma rede amplamente integrada. A administração determinou o valor recuperável de sua única UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Este assunto foi novamente considerado como um dos principais assuntos de auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.	utilizadas, como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Efetuamos, também, análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro de *impairment*. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia na avaliação do valor recuperável para fins do teste de impairment do ágio são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

José María Del Rey Osorio
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

Julio Esteban Linares Lopes
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Juan Carlos Ros Brugueras
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

DECLARAÇÃO DO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas na minuta do relatório dos auditores independentes PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, sem ressalvas, o qual será assinado, sem alterações, após a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração, nesta data, não havendo qualquer discordância com relação à tais demonstrações.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e baseado nas discussões subsequentes, concorda que tais demonstrações, refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

Gabriela Soares Pedercini	**Cremênio Medola Netto**	**Charles Edwards Allen**
Conselheira Fiscal (efetivo)	Conselheiro Fiscal (efetivo)	Conselheiro Fiscal (efetivo)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações**.**

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

Eduardo Navarro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Fernando Furlan
Conselheiro de Administração

Julio Esteban Linares Lopez
Conselheiro de Administração

Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro de Administração

Ana Theresa Masetti Borsari
Conselheira de Administração

Christian Mauad Gebara
Conselheiro de Administração

Antonio Carlos Valente da Silva
Conselheiro de Administração

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos
Conselheira de Administração

José María Del Rey Osorio
Conselheiro de Administração

Claudia Maria Costin
Conselheira de Administração

Juan Carlos Ros Brugueras
Conselheiro de Administração

Narcís Serra Serra
Conselheiro de Administração

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Christian Mauad Gebara
Diretor Presidente

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador – CRC – 1PR-028067